



Cópia de parte da

-----**Ata Nº. 05/2024**-----

-----Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Vila da Batalha, reuniu, em sessão ordinária pública, a Câmara Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores:-----

Presidente: -----**RAUL MIGUEL DE CASTRO**-----

Vice-Presidente:-----**CARLOS AGOSTINHO COSTA MONTEIRO**-----

Vereadores: -----**LUCIANO PEDROSA GONÇALVES**-----

-----**MÓNICA AGUIAR LOURO CARDOSO**-----

-----**ANA RITA ANDRÉ COSTA E SILVA CALMEIRO**-----

-----**FERNANDO JOAQUIM FIGUEIREDO FERREIRA**-----

-----**NUNO AUGUSTO SILVA ALMEIDA**-----

-----**-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

(...)

-----**-----

DELIBERAÇÃO Nr. 2024/0085/D.O.T.-----

Ponto 3 - Abertura do Procedimento da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha - Processo n.º 22/2024/2 – Requerimento n.º 552 / 2024-----

----- Presente informação dos serviços técnicos da DOT proferida no âmbito do processo de obras melhor identificado em epígrafe, que se transcreve:-----

De acordo com artigo 76.º Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), na sua atual redação, compete à Câmara Municipal determinar a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território e o respetivo prazo de elaboração e o período de participação. -----

----- Neste seguimento, cumpre informar o seguinte:-----

1. A 1.ª Revisão do PDM (2.ª geração) foi aprovada pela Assembleia Municipal em reunião realizada a 26 de junho de 2015 e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168 de 28 de agosto de 2015, através do aviso n.º 9808/2015, com as seguintes alterações:-----

- - Declaração de Retificação n.º 6/2016, de 19 de janeiro;-----
- - 1.ª Correção Material pelo Aviso n.º 15185/2018, de 22 de outubro;-----
- - 1.ª Alteração Regulamentar do Artigo 95.º publicada no aviso n.º 8215/2020, de 27 de maio
- - Suspensão Parcial da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal e Estabelecimento de Medidas Preventivas pelo Aviso n.º 14131/2020, de 17 de setembro;-----
- - 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha publicada no Aviso n.º 15363/2023, de 16 de agosto;-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 2 de 4

- - 1.ª Correção Material da 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha publicada na Declaração n.º 80/2023 de 19 de setembro. -----
- 2. A revisão dos planos intermunicipais e municipais decorre nos termos do artigo 124.º do RJGT da:-----
- a) Necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os relatórios sobre o estado de ordenamento do território previsto no n.º 3 do artigo 189.º; -----
- b) De situações de suspensão do plano e da necessidade da sua adequação à prossecução dos interesses públicos que a determinaram;-----
- 3. Os objetivos a prosseguir e a oportunidade de elaboração da 2.ª Revisão do PDM encontram-se explanados no relatório dos termos de referência que se anexa (Anexo I);-----
- 4. A deliberação da CM de rever o PDM é acompanhada pelo Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, conforme determina o n.º 6 do artigo 189.º do RJGT. Para o efeito anexa-se o REOT 2024 (Anexo II) que será sujeito a um período de discussão pública e apreciado pela assembleia Municipal conforme estipula o n.º 3 do artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. -----
- 5. A elaboração da revisão do PDM compreende as seguintes etapas: -----
- a) Deliberação da Câmara Municipal a determinar a alteração do Plano Diretor Municipal e envio para publicação na II Série do Diário da República, divulgando através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da internet da CM e a abertura do período de participação pública (não inferior a 15 dias) destinado à formulação de sugestões e a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de alteração do plano; -----
- b) Período de Participação Pública Inicial;-----
- c)- Elaboração da Proposta de Revisão do PDM;-----
- d) Apresentação da Proposta de Revisão do PDM e Conferência Procedimental; -----
- e) Elaboração da versão da proposta de plano a submeter a discussão pública; -----
- f)- Período de discussão pública;-----
- g) Ponderação e divulgação dos resultados da discussão pública;-----
- h) Elaboração da versão final da proposta de plano;-----
- i) - Aprovação do plano pela Assembleia Municipal da versão final apresentada pela Câmara; -----
- j) - Envio para depósito na Direção Geral do Território e para publicação em Diário da República através do Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial.-----
- 6. Nos termos do artigo 83.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial o acompanhamento dos planos diretores municipais é assegurado por uma comissão consultiva presidida pela comissão de coordenação e desenvolvimento regional;-----
- Face ao exposto submete-se à consideração do executivo:-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 3 de 4

1. Determinar a elaboração da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 76 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; -----
2. Determinar nos termos do n.º1 do artigo 76.º e do n.º2 do artigo 88.º do RJIGT, a abertura de um período de participação, definindo o prazo de 15 dias úteis para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de revisão, devendo a deliberação da Câmara Municipal ser publicada no Diário da República e divulgada através da comunicação social e na respetiva página da Internet;
3. Deliberar sobre o prazo de execução de acordo com o estatuído no n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT sendo prorrogável;-----
4. Sujeitar o procedimento de elaboração da 2.ª Revisão do PDM à Avaliação Ambiental Estratégica conforme indicado no n.º 2 do artigo 78.º do RJIGT e números 1 e 2 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Avaliação de Planos e Programas no ambiente, Decreto-Lei n.º232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual;-----
5. Comunicar à CCDRC o teor da Deliberação que determina a elaboração da revisão do plano acompanhada do relatório sobre o estado do ordenamento do território e solicitar a marcação de uma reunião preparatória, conforme estipula o n.º 1 do artigo 3.º da Portaria 277/2015, de 10 de março.-----

Anexo I – Relatório dos Termos de Referência -----

Anexo II – Relatório do Estado do Ordenamento do Território 2024»-----

----- **A Câmara Municipal apreciou e, tendo por base os fundamentos de facto e de direito acima aduzidos, deliberou, por unanimidade:**-----

- a) **Determinar a elaboração da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; ---**
- b) **Determinar nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e do n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT, a abertura de um período de participação, definindo o prazo de 15 dias úteis para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de revisão, devendo a deliberação da Câmara Municipal ser publicada no Diário da República e divulgada através da comunicação social e na respetiva página da Internet;-----**
- c)- **Determinar o prazo de execução de 2 anos, a contar da data de publicação do aviso em Diário da República, para a elaboração da 2.ª revisão do PDM, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT;-----**
- d) **Sujeitar o procedimento de elaboração da 2.ª Revisão do PDM à Avaliação Ambiental Estratégica conforme indicado no n.º 2 do artigo 78.º do RJIGT e números 1 e 2 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Avaliação de Planos e Programas no ambiente, Decreto-Lei n.º232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual; -----**



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 4 de 4

e) Comunicar à CCDRC o teor da Deliberação que determina a elaboração da revisão do plano acompanhada do relatório sobre o estado do ordenamento do território e solicitar a marcação de uma reunião preparatória, conforme estipula o n.º 1 do artigo 3.º da Portaria 277/2015, de 10 de março. -----

----- ** -----

Aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

Está conforme o documento original existente no arquivo desta Câmara Municipal, o que certifico.

Batalha, aos 22/02/2024

O Presidente da Câmara Municipal

RAUL
MIGUEL DE
CASTRO

Assinado de forma
digital por RAUL
MIGUEL DE CASTRO
Dados: 2024.02.29
11:33:55 Z

(Raul Miguel de Castro)

**2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA BATALHA
OPORTUNIDADE E TERMOS DE REFERÊNCIA**

Fevereiro de 2024



ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	3
2. OBJETIVOS E OPORTUNIDADE DE ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PDM.....	4
3. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DA REVISÃO DO PDM.....	8
4. FASEAMENTO E PRAZOS.....	8
5. REFERÊNCIAS PROGRAMÁTICAS DO PLANO.....	13
6. EQUIPA TÉCNICA.....	14

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

De acordo com o disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o plano diretor municipal é o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.

O plano diretor municipal é um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais, bem como para o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração do Estado no território do município, em concretização do princípio da coordenação das respetivas estratégias de ordenamento territorial.

As Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, prevê no n.º 1 artigo 115.º “Disposições gerais” da Secção V “Dinâmica” que os programas e os planos territoriais podem ser objeto de alteração, de correção material, de revisão, de suspensão e de revogação.

Atentos ao n.º 3 do artigo 115.º do citado diploma, a revisão dos programas e dos planos territoriais implica a reconsideração e a reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do programa ou do plano, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores territoriais.

Considerando o estipulado no artigo 124.º do RJIGT, a revisão do plano Diretor Municipal decorre da necessidade de adequação das opções estratégicas que determinaram a sua elaboração, tendo em conta o relatório sobre o estado do ordenamento do território, previsto no n.º 2 do artigo 189.º

O primeiro relatório de estado de ordenamento do território foi elaborado em 2019 e serviu de base para a elaboração da 2.ª alteração à 1.ª revisão do PDM. Assim sendo, procedeu-se à elaboração do 2.º relatório de estado do ordenamento do território (REOT 2024) que compreende o período de vigência do plano, de 2015 a 2023. O REOT 2024 será sujeito a um período de discussão pública e submetido para apreciação da Assembleia Municipal, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 189.º do RJIGT.

2. OBJETIVOS E OPORTUNIDADE DE ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PDM

A 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal foi aprovada pela Assembleia Municipal a 26 de junho de 2015 e publicada no Diário da República n.º 168, 2.ª Série, a 28 de agosto de 2015, através do Aviso n.º 9808/2015, alterada pela retificação publicada na Declaração n.º 6/2016, publicada no Diário da República a 19 de janeiro de 2016 e pela correção material publicada no Aviso n.º 15185/2018, publicado no Diário da República a 22 de outubro de 2018.

Em 2020, teve a sua primeira alteração com a aprovação da Alteração Regulamentar do Artigo 95.º da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha, publicada através do Aviso n.º 8215/2020, de 27 de maio, bem como a Suspensão Parcial da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha e Estabelecimento de Medidas Preventivas pelo Aviso n.º 14131/2020, de 17 de setembro.

Aos 16/8/2023, foi publicada a 2.ª alteração à 1.ª revisão do PDM no aviso 15363/2023, na 2.ª série n.º 158. A 1.ª correção material da 2.ª alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal foi publicada na Declaração 80/2023 no Diário da República, 2.ª série n.º 182, de 19 de setembro de 2023.

As principais linhas orientadoras da 1.ª Revisão do PDM da Batalha assentaram nas seguintes opções estratégicas e de intervenção para o concelho, através dos seguintes eixos:

- A. Promover a economia e competitividade
- B. Valorizar o território e os recursos naturais
- C. Promover a coesão local e a melhoria da qualidade de vida
- D. Reforçar o potencial humano, institucional e a inclusão social

De acordo com o Relatório de Estado de Ordenamento do Território, versão atualizada de 2024, as principais conclusões foram as seguintes, por domínios:

Educação	Aumento do número de alunos em todos os níveis de ensino, existindo alguns muito próximos do limite da sua capacidade
População	Duplo envelhecimento da população Aumento demográfico na freguesia da Batalha em detrimento das restantes
Saúde	Decréscimo de profissionais de saúde Prevista execução do novo Centro de Saúde
Equipamentos Desportivos	Centralização destes equipamentos na sede de concelho Reforço da oferta e diversificação
Equipamentos Sociais	Centralização destes equipamentos na sede de concelho
Equipamentos Culturais	Centralização destes equipamentos na sede de concelho

Administração Pública	Centralização destes equipamentos na sede de concelho
Infraestruturas/Resíduos e Transportes	Diferença entre o serviço disponível e o serviço em uso no sentido de efetivar mais ligações Reforço e Requalificação da Rede Existente Aumento da Recolha Seletiva Requalificação da Rede viária existente
Turismo	Aumento na taxa de ocupação
Florestas	Predomínio da ocupação florestal
Atividade Empresarial	Aumento do volume de negócios
Gestão Urbanística	Maior percentagem de execução de área em solo urbano na freguesia da Batalha Maior ocupação na categoria de Espaços Residenciais de Tipo II (atuais Espaços Habitacionais de tipo II) Maior número de Alvarás de Utilização e Construção emitidos para a freguesia da Batalha
PDM	<ul style="list-style-type: none"> Ao nível dos equipamentos verifica-se que a resposta do atual instrumento de gestão territorial não foi suficiente para a satisfação das necessidades. O procedimento da 2.ª alteração à 1.ª revisão procurou reajustar a classificação e qualificação do solo às necessidades existentes, ex: Novo Centro de Saúde da Batalha e Pavilhão Gimnodesportivo de São Mamede. Contudo, verifica-se que existem áreas classificadas como espaços de uso especial de equipamentos em solo rústico que não foram executadas no âmbito da vigência do atual instrumento gestão territorial. Com a adaptação da 1.ª Revisão do PDM ao artigo 199.º do RJIGT procurou-se ajustar os perímetros urbanos e reclassificar algumas áreas para solo urbano ao abrigo do Decreto Regulamentar 15/2015, contudo permanecem ainda muitas áreas, que apesar de dotadas de infraestruturas, não foram reclassificadas, muitas destas encontram-se abrangidas por servidões (nomeadamente a reserva ecológica nacional). Neste âmbito o Município procurou ajustar o PDM à realidade do território tendo sido possível introduzir uma nova categoria de solo urbano (Espaços Urbanos de Baixa Densidade) e requalificar, no solo rústico, áreas de aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa. A classificação de espaços centrais tem, por um lado, permitindo consolidar os núcleos urbanos existentes e, por outro, apostar na reabilitação urbana, procurando-se desta forma evitar a

	<p>dispersão/fragmentação urbana otimizando os recursos instalados, e criando aglomerados com capacidade de alojar funções centrais.</p> <ul style="list-style-type: none">• No que diz respeito à atividade económica e dinamismo económico e empresarial apresentado no concelho, verifica-se que não sofreu grandes oscilações no número de empresas não tendo havido no município um grande incremento de novas empresas, mas havendo uma maior densidade das mesmas, havendo ainda uma intenção de as dotar de melhores condições a ampliações previstas às zonas industriais. O Município procurou, no âmbito da vigência da 1.ª revisão do PDM uma tentativa de aproximação da oferta municipal às pretensões dos empresários, captando novas empresas para o concelho, criando desta forma zonas industriais mais atrativas e geradores de novos postos de emprego, tanto na freguesia da Batalha, como na freguesia de São Mamede, evitando algumas deslocalizações de indústrias para concelhos vizinhos. Contudo, verificam-se dificuldades relacionadas com a execução das áreas vocacionadas para atividades económicas, nomeadamente por se tratarem de propriedades privadas e que dependem da iniciativa privada.• De um modo geral, as unidades operativas de planeamento e gestão definidas na 1.ª Revisão do PDM, na sua redação atual não foram concretizadas o que demonstra uma clara dificuldade do Município e dos Privados na execução e programação, através da elaboração de unidades de execução ou plano de pormenor (Unidades Operativas de Planeamento e Gestão). Acresce referir que as atuais disposições regulamentares e as servidões administrativas condicionam a ocupação de muitas áreas do território, sendo apenas passíveis de reclassificação e desafetação através de delimitação de unidades operativas de planeamento e gestão.
--	--

Tendo por base o exposto no Relatório do Estado de Ordenamento do Território 2024 apresentam-se as linhas orientadoras e os objetivos a atingir com a 2.ª Revisão do PDM e que de um modo geral, estão em alinhamento com as opções estratégicas definidas na 1.ª Revisão do PDM. Deste modo, descrevem-se os seguintes objetivos:

A. Coesão Social e Territorial

1. Promover a articulação e integração das políticas e estratégias setoriais e regionais no modelo territorial do PDM;
2. Rever as disposições regulamentares do plano para uma maior eficácia na aplicação deste instrumento;
3. Promoção da equidade nas condições de acesso à saúde;
4. Promover o acesso à habitação com base no instrumento de planeamento e ordenamento do território estabelecido na Lei de Bases da Habitação;
5. Adequar as necessidades de oferta educativa ajustadas às necessidades do território e características da população;
6. Implementar políticas sociais que promovam a equidade e bem-estar das populações mais desfavorecidas;
7. Reavaliar a delimitação dos perímetros urbanos face às necessidades de crescimento e dinâmicas demográficas e socioeconómicas previstas a médio e longo prazo, promovendo a valorização e a qualidade das áreas urbanas;
8. Promover modelos urbanos mais sustentáveis valorizando o edificado, revitalizando a atividade económica urbana e qualificando os espaços públicos;
9. Qualificar e valorizar os territórios rurais criando modelos que travem a fragmentação territorial e fomentem o povoamento das aldeias, com especial relevância da Zona Sudeste do concelho.

B. Reforço da Competitividade Base Económica Local

1. Promover a execução das áreas de atividades económicas promovendo a competitividade e a captação de novas atividades qualificadas e inovadoras com soluções industriais sustentáveis;
2. Reforçar a vocação turística do território e valorizar os recursos endógenos naturais;
3. Valorização dos territórios rurais promovendo a integração de atividades económicas compatíveis com o solo rústico.

C. Sustentabilidade Ambiental e Valorização Paisagística

1. Adequação ao Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (em elaboração);
2. Adaptação às políticas de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
3. Articulação com os planos de gestão dos Recursos Hídricos;
4. Promoção e desenvolvimento de políticas locais para o setor da Agricultura e Florestas;
5. Articulação das políticas de ordenamento com os Riscos Naturais e Tecnológicos identificados no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil;
6. Compatibilização e articulação do processo de revisão do PDM com o processo de elaboração da revisão da Reserva Ecológica Nacional;
7. Promover políticas municipais de redução do ruído.

3. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DA REVISÃO DO PDM

O conteúdo do PDM, a desenvolver no âmbito da sua revisão, distingue-se entre o conteúdo material e o conteúdo documental, estabelecidos nos artigos 96.º e 97.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

4. FASEAMENTO E PRAZOS

Nos termos do disposto nos artigos 76.º e 88.º, 9º processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, inicia-se com os seguintes procedimentos:

- a) Deliberação da Câmara Municipal a determinar a revisão do Plano Diretor Municipal e envio para publicação na II Série do Diário da República, divulgando através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da internet da CM e a abertura do período de participação pública (não inferior a 15 dias) destinado à formulação de sugestões e a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de revisão do plano;
- b) Período de Participação Pública Inicial;
- c) Elaboração da Proposta de Revisão do PDM;
- d) Apresentação da Proposta de Revisão do PDM e Conferência Procedimental (que pode incluir a concertação com entidades);

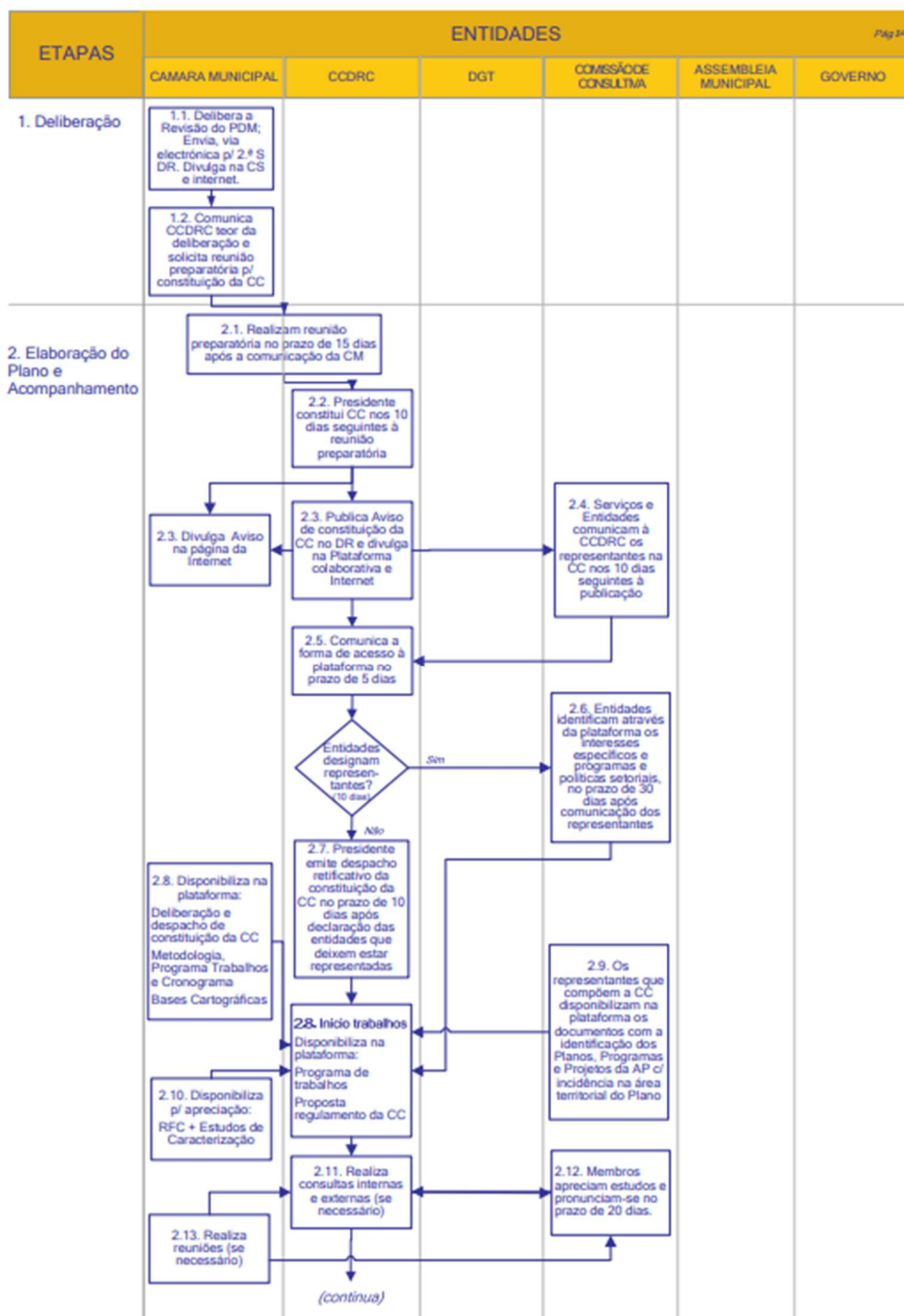
- e) Elaboração da versão da proposta de plano a submeter a discussão pública;
- f) Período de discussão pública;
- g) Ponderação e divulgação dos resultados da discussão pública;
- h) Elaboração da versão final da proposta de plano;
- i) Aprovação do plano pela Assembleia Municipal da versão final apresentada pela Câmara;
- j) Envio para depósito na Direção Geral do Território e para publicação em Diário da República através do Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial.

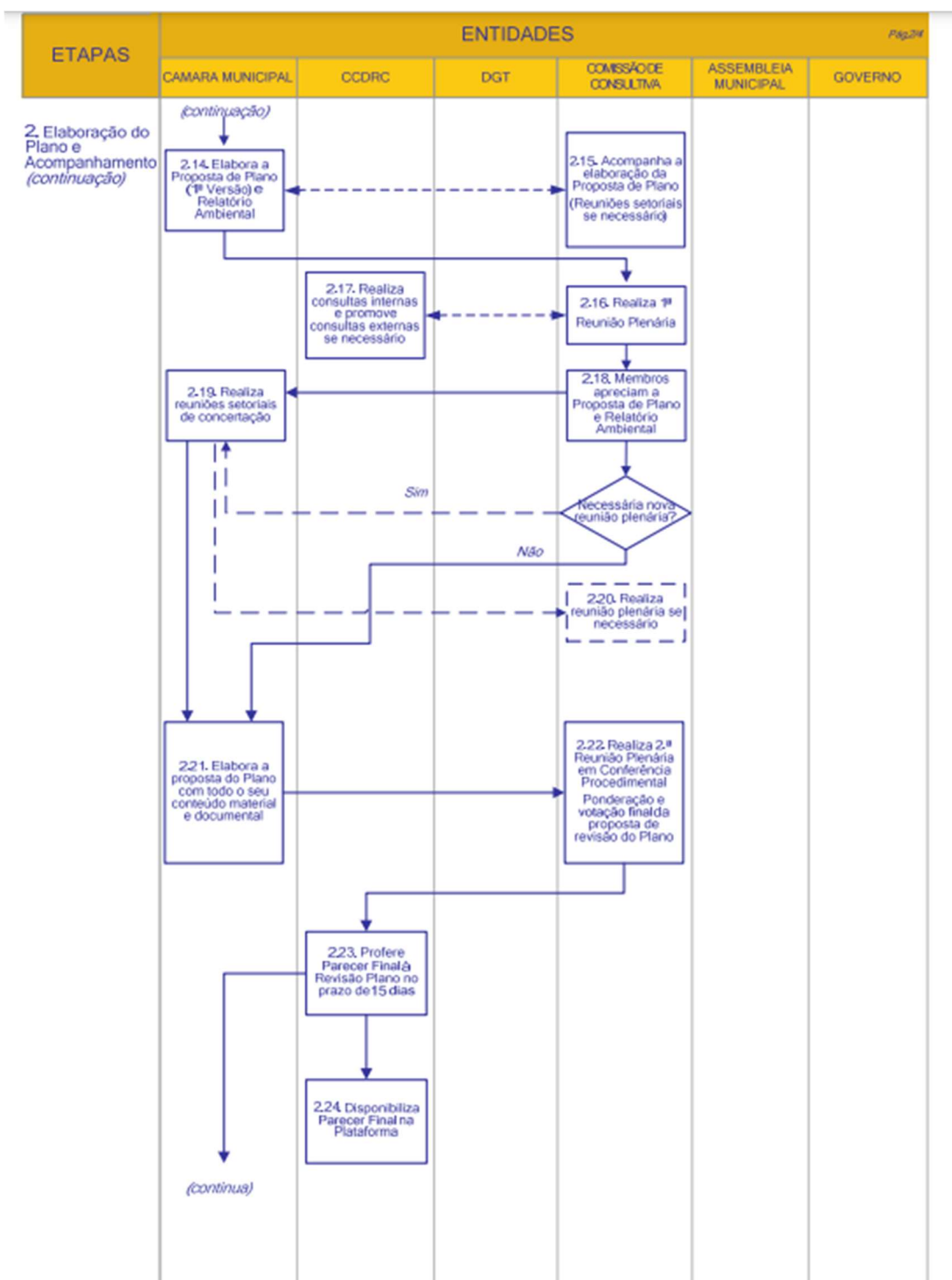
A par da elaboração da proposta da 2.ª revisão do PDM será desenvolvida a Avaliação Ambiental Estratégica nos termos do previsto no artigo 78.º do RJIGT, conjugado com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos do plano no ambiente.

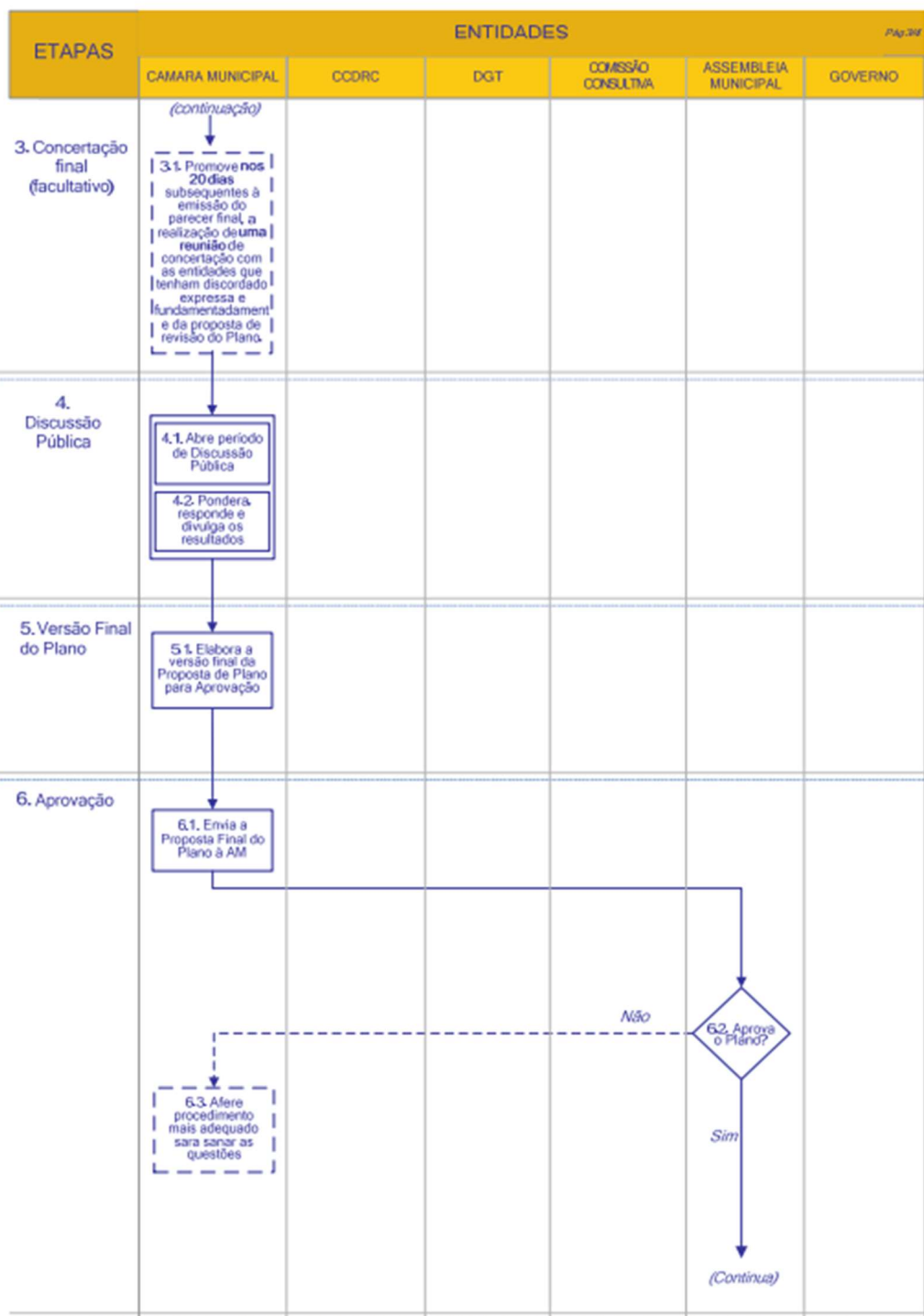
O acompanhamento da revisão do PDM será assegurado por uma Comissão Consultiva (CC) cuja constituição, composição e funcionamento está regulada pela portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

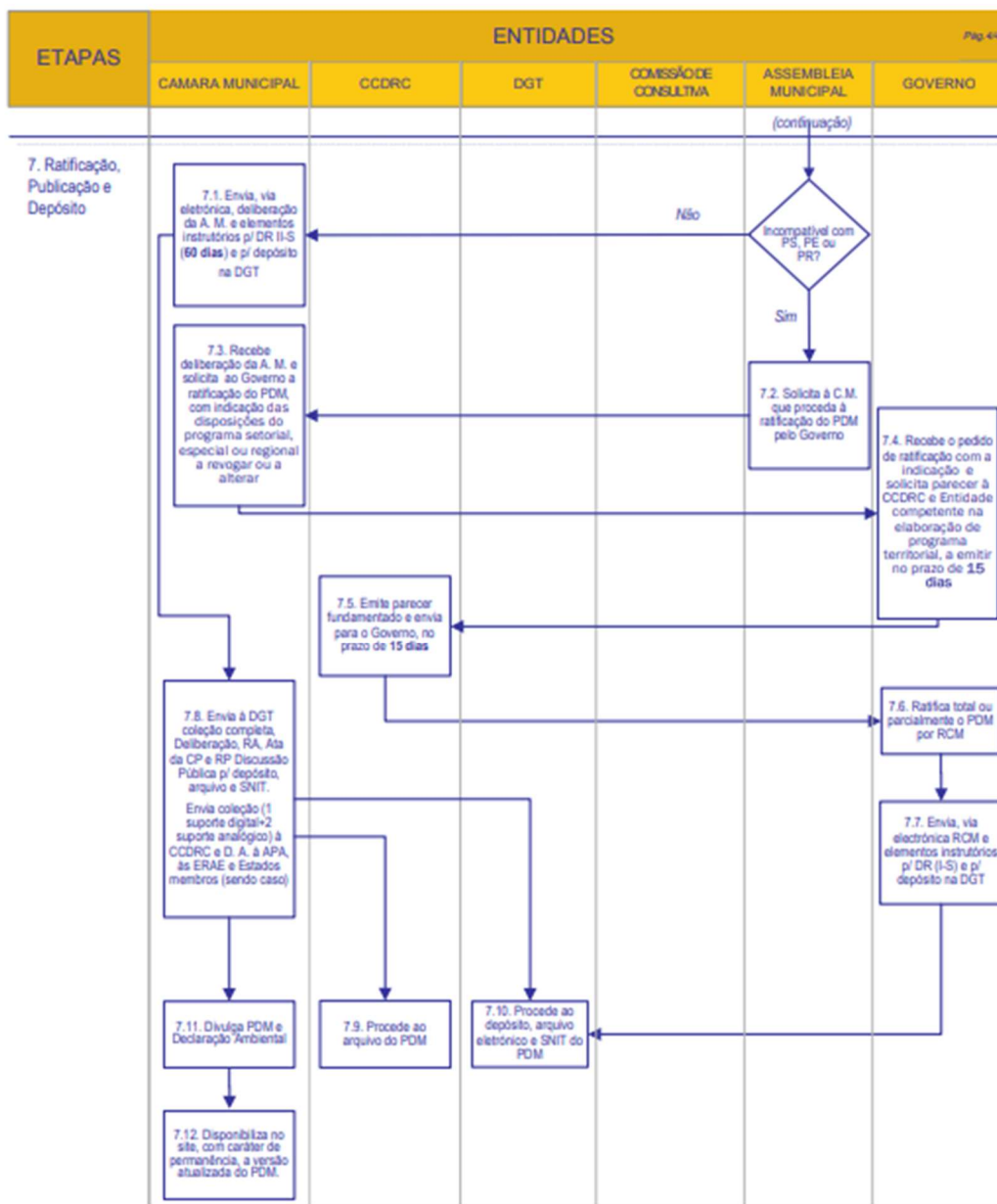
Nos termos do n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT propõe-se a definição de um prazo de 2 anos para a elaboração da 2.ª Revisão do PDM.

Segue o fluxograma do procedimento de revisão do PDM, da CCDRC:









LEGENDA:

 Atividades Eventuais ou Facultativas

5. REFERÊNCIAS PROGRAMÁTICAS DO PLANO

A revisão do plano terá necessariamente de ponderar os diferentes planos/políticas/programas territoriais com incidência do concelho, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações, nomeadamente:

- ✓ Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- ✓ Plano Rodoviário Nacional
- ✓ Plano Nacional da Água
- ✓ Plano Setorial da Rede Natura 2000
- ✓ Planos de Gestão de Riscos e Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)

- ✓ Programa Regional de Ordenamento do Território da Região Centro
- ✓ Planos de Âmbito Municipal
- ✓ Áreas de Reabilitação Urbana/Operações de Reabilitação Urbana
- ✓ Programa Municipal para as Alterações Climáticas
- ✓ Estratégia Local de Habitação
- ✓ Lei de Bases da Habitação
- ✓ Estratégia Municipal de Saúde
- ✓ Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- ✓ Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil
- ✓ Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa 2020-2030
- ✓ Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
- ✓ Estratégia para o Turismo
- ✓ Plano Nacional de Energia e Clima
- ✓ Plano Nacional de Arquitetura e Paisagem
- ✓ Estratégia Nacional para as Florestas
- ✓ Plano Nacional de Gestão de Resíduos
- ✓ Roteiro para a Neutralidade Carbónica
- ✓ Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos
- ✓ Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e pluviais
- ✓ Programa Nacional de Investimentos
- ✓ Programa de Ação para a Economia Circular
- ✓ Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
- ✓ Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas
- ✓ Plano Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais
- ✓ Visão Estratégica para a Região Centro 2030
- ✓ Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro

6. EQUIPA TÉCNICA

A constituição da equipa técnica será multidisciplinar e deverá assegurar as especialidades nas áreas adequadas, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 292/1995 de 14 de setembro, na sua redação atual.



BATALHA
MUNICÍPIO

RELATÓRIO SOBRE O
ESTADO DO
ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO
2024



ÍNDICE

1. ÂMBITO E OBJETIVOS	7
2. METODOLOGIA	9
3. ENQUADRAMENTO.....	11
3.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	11
3.2. DEMOGRAFIA	14
3.2.1. POPULAÇÃO RESIDENTE	14
3.3. ESCOLARIDADE	17
4. EQUIPAMENTOS	19
4.1. ENSINO	19
4.2. SAÚDE.....	23
4.3. DESPORTIVOS	25
4.4. SOCIAIS	27
4.5. CULTURAIS.....	29
4.6. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL.	31
5. INFRAESTRUTURAS	33
5.1. REDE DE GÁS.....	33
5.2. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS.....	34
5.3. REDE DE SANEAMENTO	34
5.4. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RECOLHA INDIFERENCIADA E RECOLHA SELETIVA....	35
5.5. REDE VIÁRIA.....	37
5.6. TRANSPORTES PÚBLICOS.....	38
6. ATIVIDADES ECONÓMICAS.....	39
6.1. ATIVIDADE EMPRESARIAL	39
6.2. TURISMO	41
7. FLORESTA.....	42
8. CONCRETIZAÇÃO URBANÍSTICA.....	44
8.1. DINÂMICA URBANÍSTICA	44
8.2. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PRÉVIA	54
8.3. COMUNICAÇÃO PRÉVIA.....	55
8.4. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO	55
8.5. ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO.....	56
8.6. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL.....	57

8.7.	RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL	58
8.8.	MONITORIZAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO.....	59
8.9.	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	62
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
9.1.	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	66
9.2.	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA GESTÃO URBANÍSTICA.....	68
9.3.	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PDMB.....	70

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento territorial do concelho da Batalha no território continental (CAOP)	11
Figura 2 - Posição geográfica do concelho da Batalha na Região Centro (CAOP)	11
Figura 3 - Enquadramento territorial das freguesias no concelho da Batalha	12
Figura 4 – Localização dos estabelecimentos de ensino públicos no concelho da Batalha	20
Figura 5 – Localização dos equipamentos de Saúde	24
Figura 6 – Localização equipamentos desportivos no concelho da Batalha	26
Figura 7 - Localização dos equipamentos culturais na freguesia de Batalha	29
Figura 8 - Localização dos equipamentos culturais na freguesia de Reguengo do Fetal e São Mamede	30
Figura 9 – Localização Geográfica dos equipamentos de proteção civil e administração pública.	31
Figura 10 – Circuitos de transportes de passageiros públicos coletivos	39
Figura 11 – Área ocupada por classe de perigosidade de incêndio rural	44
Figura 12 – Exclusões da Reserva Ecológica Nacional	58
Figura 13 – Reserva Agrícola Nacional mapa comparativo de 2015 e 2023	59

ÍNDICE DE FIGURAS

Tabela 1 – Área das freguesias do concelho da Batalha	13
Tabela 2 – População residente, Famílias, Alojamentos e Densidade Populacional (2011, 2021)	14
Tabela 3 - População residente no concelho, por grupos etários (1991 a 2021).....	15
Tabela 4 - Níveis de escolaridade no concelho da Batalha	17
Tabela 5 – Número de alunos por estabelecimento público, por ano letivo	22
Tabela 6 – Habitantes por profissional de saúde.....	24
Tabela 7 – Instituições de apoio social	27
Tabela 8 – População e alojamentos com cobertura de rede saneamento.....	34
Tabela 9 – População e alojamentos com cobertura de rede saneamento.....	35
Tabela 10 – Número e variação de contentores de recolha indiferenciada de resíduos sólidos.	35
Tabela 11 – Quantidades e distâncias percorridas relativas à recolha de resíduos.....	36
Tabela 12 – Dados de atividade empresarial no Concelho da Batalha	40
Tabela 13 – Dados turismo	41
Tabela 14 – Áreas Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) - hectares	42
Tabela 15 – Pedidos de plantação por espécies florestais, entre 2015 e 2023	43
Tabela 16 – Número de fogos por lugar na freguesia da Batalha	46
Tabela 17 – Número de fogos por lugar na freguesia de Reguengo do Fetal	47
Tabela 18 – Número de fogos por lugar na freguesia da Golpilheira.....	48
Tabela 19 – Número de fogos por lugar na freguesia de São Mamede.....	49
Tabela 20 – Área de solo rural e urbano.....	50
Tabela 21 – Exclusões da Reserva Ecológica Nacional	57

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Empreitadas edificado por freguesia.....	19
Gráfico 2 – Número de estabelecimentos de ensino público no concelho da Batalha.....	21
Gráfico 3 –Extensão da Rede de Gás Natural	33
Gráfico 4 –Alojamentos com serviço de recolha de resíduos	36
Gráfico 5 – Distribuição das empreitadas (2019-2023), referentes à rede viária pelas freguesias do concelho da Batalha	38
Gráfico 6 – Percentagem por tipo de intervenção na rede viária	38
Gráfico 7 – Pedidos de plantações (2015-2023).....	43
Gráfico 8 – Número de processos por tipo de utilização.....	45
Gráfico 9 – Número de fogos por tipo de classificação de solo	46
Gráfico 10 –Área em solo urbano executada por freguesia	50
Gráfico 11 – Percentagem de área executada em solo urbano por alvará de construção emitido.	51
Gráfico 12 – Percentagem de área executada em solo rural por alvará de construção emitido.	52
Gráfico 13 – Percentagem de área ocupada por freguesia, por categoria de solo.....	53
Gráfico 14 – Processos relativos a viabilidades (2015-2023).....	54
Gráfico 15 – Processos relativos a comunicações prévias (2015-2018)	55
Gráfico 16 – Processos relativos a alvarás de construção (2015-2023).....	56
Gráfico 17 – Processos relativos a alvarás de utilização (2015-2023)	56

1. ÂMBITO E OBJETIVOS

Nos termos do n.º 3 do artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) a Câmara Municipal elabora, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território que deve ser submetido para apreciação da Assembleia Municipal.

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), traduz o balanço da execução do plano diretor municipal, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão. Este relatório é ainda sujeito a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias conforme preceituado no n.º 5 do artigo 189.º do RJIGT;

A elaboração do relatório sobre o estado do ordenamento do território, deve ser elaborada no período de 4 anos em 4 anos para os PDM, a não elaboração do relatório determina a impossibilidade de rever os respetivos planos municipais conforme explanado no n.º 6 do artigo 189.º do referido diploma legal;

O 1.º relatório do estado do ordenamento do território (REOT) foi efetuado em 2019 e acompanhou o início do procedimento de alteração do PDM nos termos indicados na deliberação nr2019/0257/DOT, de 8 de julho de 2019, tendo sido efetuado o período de discussão pública em acordo com o previsto no número 5 do artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Este documento foi posteriormente remetido para a Assembleia Municipal aos 19/9/2019.

Deste modo e considerando que decorreram 4 anos após a elaboração do primeiro REOT, importa monitorizar e proceder à atualização deste instrumento de avaliação do grau de concretização do PDM.

Neste âmbito, importa referir que a 1.ª Revisão do PDM foi publicada no Diário da República n.º 168, na 2.ª Série, através do aviso n.º 9808/2015, alterada pela retificação publicada na declaração n.º 6/2016, na 2.ª série do Diário da República a 19 de janeiro de 2016, pela correção material publicada no aviso n.º 15185/2018, na 2.ª série do Diário da República aos 22/8/2018, pela alteração regulamentar publicada no aviso n.º 8215/2020, aos 27/5/2020.

O Município procedeu à 2.ª alteração à 1.ª Revisão do PDM tendo em vista dar cumprimento ao estabelecido no artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, face à necessidade de integração das novas regras de classificação e qualificação do solo, sob pena de suspensão das normas do plano territorial. Esta alteração foi publicada no aviso 15363/2023, na 2.ª série do diário da república aos 16/8/2023, e com a 1.ª correção material publicada na declaração n.º 80/2023, aos 19/9/2023.

De acordo com o Guia orientador da CCDRC o REOT, deverá aferir o nível de execução do PDM em vigor, avaliando o grau de concretização das propostas que o integram, avaliando a eficácia de concretização dos objetivos e da execução do

ordenamento proposto. É uma avaliação que deverá ter como base indicadores e cartogramas demonstrativos da situação, devendo incidir sobre o seguinte:

- a) Grau de concretização dos objetivos e ações definidas no PDM;
- b) Grau de concretização das infraestruturas territoriais no âmbito das redes de abastecimento de água, rejeição das águas residuais, resíduos sólidos urbanos, redes elétricas, redes de telecomunicações e gás;
- c) Grau de concretização de equipamentos de utilização coletiva previstos;
- d) Taxa de ocupação do solo nas áreas urbanas, diferenciando-a em termos de colmatação e consolidação, grau de infraestruturização e áreas livres passíveis de serem ocupadas;
- e) Identificação de áreas urbanas suscetíveis de reabilitação, renovação e reestruturação ou de maior densificação e consolidação urbana;
- f) Identificação dos aglomerados urbanos a reestruturar, em resultado de fatores de mudança da organização do território ou da necessidade de integração de solo a afetar à estrutura ecológica municipal, necessária ao equilíbrio do espaço urbano;
- g) Quantificação e capitação das áreas de espaço verde, população servida pela rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, de recolha, de tratamento e de reciclagem de resíduos sólidos urbanos;
- h) Edificação no solo rústico, através do número de licenças e de admissões de comunicações prévias de construção e de autorizações por uso;
- i) Identificação e quantificação dos compromissos urbanísticos válidos e eficazes;
- j) Avaliação das acessibilidades e mobilidades existentes que deve indicar o grau de concretização dos investimentos rodoviários;
- k) Identificação e quantificação das áreas em regime de RAN, REN e Rede Natura que foram autorizadas para outros fins ou edificadas;
- l) Grau de concretização de Planos previstos e publicados;
- m) Grau de concretização dos demais investimentos públicos previstos no PDM;
- n) Identificação dos fatores de mudanças da estrutura do território;
- o) Definição de novos objetivos de desenvolvimento para o município e identificação dos critérios de sustentabilidade a adotar;
- p) Taxa de variação da população residente no município, a densidade populacional no espaço urbano, o número de fogos e edifícios existentes, a relação entre a área do solo urbano e a área do município;

Deverá ser efetuada uma avaliação, indicados e analisados os principais desvios ao plano, causas e impactes positivos e negativos criados.

Neste âmbito, importa ainda atender ao Programa de Gestão e Monitorização Ambiental elaborado na Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM que engloba indicadores de avaliação do plano em termos ambientais nos seguintes domínios: Recursos Naturais, População, Atividades Económicas.

A atualização do relatório incide no período de intervalo temporal compreendido entre 2019 e 2023, apresentando dados do 1.º REOT que corresponde ao período 2015 a 2018, monitorizando desta forma a execução do período de vigência da 1.ª Revisão do PDM, com as posteriores alterações.

2. METODOLOGIA

O presente Relatório de avaliação do estado de ordenamento do território foi elaborado com recurso a dados dos Censos/INE, Datacentro-CCDR Centro PORTATA, ERSAR e ULS da Região de Leiria informação interna e informação geográfica do município, com vista a aferir a concretização dos objetivos definidos no PDM e no âmbito do Relatório Ambiental, tendo-se desenvolvido a avaliação por os seguintes indicadores:

- Demografia
 - População residente;
 - Escolaridade;
- Equipamentos
 - Património;
 - Ensino;
 - Saúde;
 - Desporto;
 - Sociais;
 - Culturais;
 - Administração pública e segurança e proteção civil;
- Infraestruturas
 - Rede de gás;
 - Rede de saneamento;
 - Resíduos sólidos urbanos - recolha indiferenciada e recolha seletiva;
 - Rede viária;
 - Transportes públicos;
- Atividades económicas
 - Atividade empresarial;
 - Turismo;
- Floresta
- Concretização urbanística

A abordagem baseou-se na utilização de indicadores de desenvolvimento sustentável, ambiental, e de avaliação de desenvolvimento territorial, procurando obter informação técnica de uma forma sintética e perceptível a decisores, técnicos e público em geral.

A incidência da avaliação é o período pós-revisão do PDM, estabelecido entre 2015 e 2023.

Para os indicadores que tinham dados disponíveis foram utilizados dados para períodos temporais mais alargados, englobando o período do anterior PDM em vigência.

3. ENQUADRAMENTO

3.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O município da Batalha está integrado na NUT II – Centro e NUT III Pinhal Litoral, com uma extensão territorial de 103 km², pertencendo ao distrito de Leiria, e é constituído por 4 freguesias: Batalha, Reguengo do Fétal, São Mamede e Golpilheira. Encontrando-se a cerca de 100 km em linha reta da capital do País, aproximadamente, 20 km do oceano atlântico.

Os municípios confinantes são a norte Leiria, a este Ourém, e a sul Porto de Mós e Alcanena (Figura 1 e Figura 2)

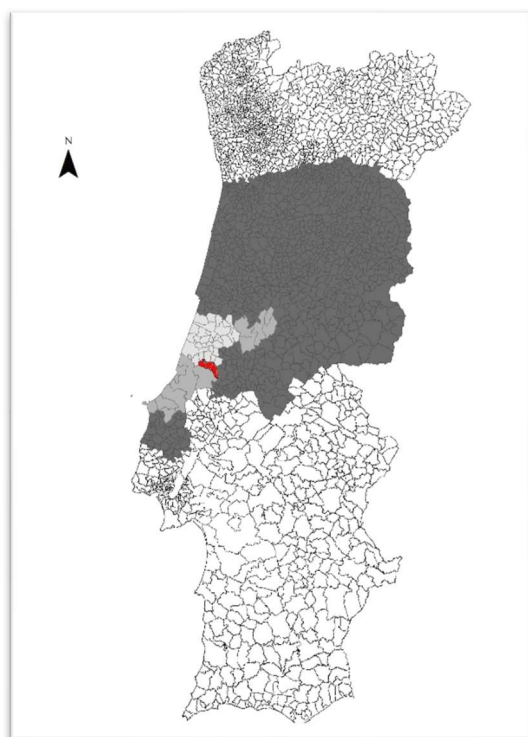


Figura 1 - Enquadramento territorial do concelho da Batalha no território continental (CAOP)

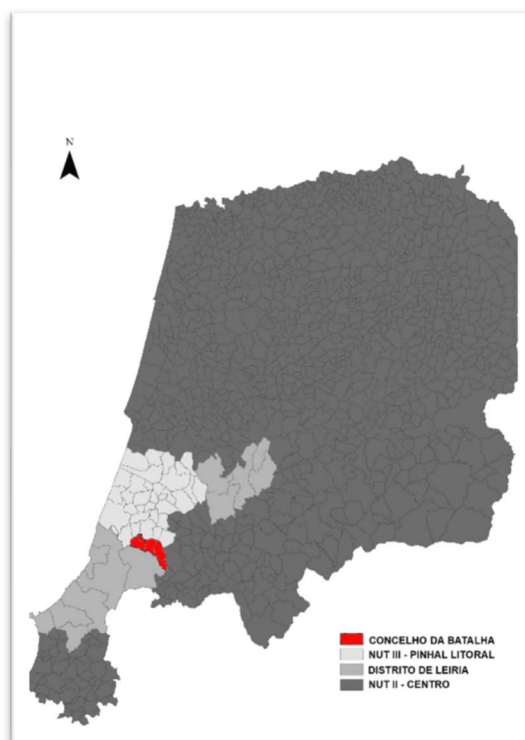


Figura 2 - Posição geográfica do concelho da Batalha na Região Centro (CAOP)

O município da Batalha pertence ainda ao distrito de Leiria, juntamente com os concelhos de Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande,

Peniche, Pombal e Porto de Mós. A sua localização, imediatamente a Sul da sede de distrito, Leiria, confere-lhe uma relação próxima com este centro, embora o concelho da Batalha possua já um leque de serviços administrativos e de equipamentos coletivos abrangentes.

Acresce referir que Batalha pertence à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, em conjunto com a Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão Grande, Pombal e Porto de Mós.

Conjuntamente com Alcobaça, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Ourém, Pombal e Porto de Mós o município da Batalha integra a Região de Turismo Leiria/ Fátima. Esta entidade tem como principal objetivo a valorização turística da região, tentando tirar o maior partido das potencialidades turísticas, provenientes do património histórico, cultural e natural, de acordo com as orientações e diretivas da política definidas pelo Governo.



Figura 3 - Enquadramento territorial das freguesias no concelho da Batalha

A Batalha é um concelho que apresenta tipologias de povoamento e de paisagem diferentes, em que existe uma clara distinção entre a zona poente sendo constituída pelas freguesias da Batalha e da Golpilheira e a zona nascente com as freguesias do Reguengo do Fétal e São Mamede. Na parte poente apesar de ser ainda caracterizado

por alguma ocupação florestal, apresenta, primordialmente, um território com ocupação habitacional essencialmente ao longo das grandes vias.

Por contraponto, na zona nascente do concelho, onde estão localizadas as freguesias de São Mamede e de Reguengo de Fétal, é uma zona caracterizada pelo maciço calcário estremenho, que não apresenta uma continuidade entre aglomerados, mas uma ocupação mais dispersa, essencialmente rural. Os perímetros urbanos são os que apresentam a maior dimensão e agregam o maior número de pessoas, estendendo-se ao longo da rede viária.

Tabela 1 – Área das freguesias do concelho da Batalha

FREGUESIA	ÁREA (km ²)	%
Batalha	28,42	27%
Golpilheira	5,06	5%
S. Mamede	41,77	40%
R. Fetal	28,17	27%
Concelho	10342	100%

A freguesia de São Mamede é a maior freguesia em termos de área, ocupando cerca de 40% da área do concelho da Batalha.

As freguesias da Batalha e Reguengo do Fétal ocupam cada uma 27% de área do concelho, sendo que a freguesia da Batalha é uma freguesia com uma maior predominância urbana que a freguesia de São Mamede.

A freguesia da Golpilheira é a menor freguesia do concelho da Batalha em termos de área, ocupando apenas 5% de área do concelho.

3.2. DEMOGRAFIA

3.2.1. POPULAÇÃO RESIDENTE

Os dados recolhidos basearam-se na informação disponibilizada no sítio da internet do Instituto Nacional de Estatística e Base de Dados da Pordata.

Tabela 2 – População residente, Famílias, Alojamentos e Densidade Populacional (2011, 2021)

Zona Geográfica	2011				2021			
	População residente	Alojamentos familiares	Edifícios clássicos	Densidade populacional (hab./km ²)	População residente	Alojamentos familiares	Edifícios clássicos	Densidade populacional (hab./km ²)
Batalha	8548	4260	3477	300,8	8818	4419	3530	310,27
Golpilheira	1528	732	711	301,82	1447	746	727	285,97
Reguengo do Fetal	2169	1257	1241	77,01	1907	1177	1161	67,7
São Mamede	3560	2087	2009	85,22	3385	2141	2024	81,04
Concelho	15805	8336	7438	152,83	15557	8483	7442	150,43
Centro	2327755	1445343	1111952	81,78	2227239	1473384	1116787	78,98

Ao abordar a evolução das dinâmicas demográficas ocorridas no concelho da Batalha, tendo por referência, os censos de 2011 e 2021, verifica-se na Tabela 3 que o município da Batalha, de acordo com os censos de 2021 apresenta uma população de 15.557 habitantes, menos 248 que em 2011 e com uma redução na densidade populacional, mas um aumento ao nível dos alojamentos, sendo a freguesia da Batalha, a mais populosa com 57% dos habitantes, no contexto de todas as freguesias do concelho, e a freguesia da Golpilheira a que apresenta o menor número de população residente com 9 % de habitantes.

Relativamente aos alojamentos, a freguesia de São Mamede é a que apresenta a melhor relação entre alojamento/população residente, e a freguesia da Batalha a que apresenta a pior relação, e a que apresenta a maior densidade populacional do concelho, e com valor de densidade populacional mais do dobro do valor apresentado para o concelho, bastante superior à região em que está inserido.

Tabela 3 - População residente no concelho, por grupos etários (1991 a 2021)

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO, POR GRUPOS ETÁRIOS																	POPULAÇÃO RESIDENTE - VARIAÇÃO ENTRE 2001 E 2011 (%)			
	1991 ¹				2001 ²				2011 ³				2021 ⁴				Grupos etários			
	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	mais de 65 anos	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	mais de 65 anos	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	mais de 65 anos	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	mais de 65 anos	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	mais de 65 anos
Batalha	1304	1118	3266	832	1 306	1 052	4 089	1 075	1 455	915	4 794	1 384	1346	946	4756	1770	-7,49	3,83	-0,88	27,89
Reguengo do Fétal	391	307	1106	406	341	307	1 204	506	266	238	1 138	527	194	171	755	327	-13	-6,45	-9,29	12,76
São Mamede	634	439	1557	487	569	503	1 756	685	526	366	1 908	760	189	180	913	625	-28,95	-23,53	-19,95	18,6
Golpilheira	334	244	757	147	287	240	832	250	223	186	829	290	464	326	1739	856	-11,79	-12,02	-8,65	12,63
Concelho	2663	2108	6686	1872	2 503	2 102	7 881	2 516	2 470	1 705	8 669	2 961	2193	1623	8163	3578	-11,21	-4,52	-5,89	20,84

¹Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 1991 - Resultados definitivos.

²Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2001 - Resultados definitivos

³Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 - Resultados definitivos.

⁴ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2021 - Resultados definitivos.

A população do concelho teve uma tendência crescente desde 1991 até 2011 de acordo com os dados do INE, registando, no entanto, um ligeiro decréscimo na última década dos dados em análise.

No período compreendido entre 2011 e 2021, os dados demonstram que a variação existente tem uma dinâmica recessiva relativamente à sua população residente nos grupos etários dos 0 a 64 anos, sendo que apenas na população sénior se registou uma variação positiva relativamente a 2021.

Na análise efetuada ao nível das freguesias, apenas a da Batalha, foi a única que apresentou um acréscimo de população, e também foi a única a apresentar uma dinâmica positiva entre os mais jovens, registando uma variação positiva de 3.83% no grupo etário dos 0 aos 14 anos, sendo que as restantes freguesias apenas apresentaram um crescimento populacional no escalão etário de mais de 65 anos, o que demonstra um envelhecimento da população mais acentuados nestas duas freguesias, havendo em São Mamede o pior rácio entre todas as freguesias e nos grupos etários dos 0 a 65 anos.

3.3. ESCOLARIDADE

Tabela 4 - Níveis de escolaridade no concelho da Batalha

	2011 ¹						2021 ²					
	Nenhum	Com nível de escolaridade e completo	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	Nenhum	Com nível de escolaridade completo	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Batalha	627	6920	4765	1228	103	824	387	7085	3758	1840	129	1358
Reguengo do Fetal	144	1741	1284	255	21	181	65	1188	708	263	18	199
São Mamede	257	2766	2168	341	35	222	146	1572	946	358	28	240
Golpilheira	445	1249	940	189	15	105	209	2712	1705	581	46	380
Concelho	1473	12676	9157	2013	174	1332	807	12557	7117	3042	221	2177

¹Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 - Resultados definitivos.

² Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2021 - Resultados definitivos

Após a análise ao nível de escolaridade do concelho, verifica-se que relativamente a 2011 houve uma variação de 45% na população analfabeta, no ensino superior foi de 16% pontos percentuais a variação face a 2011 e mais 7,7 pontos percentuais para população com 12 ano (fonte: Pordata).

No concelho da Batalha, cerca de 16,3% da população com 15 e mais anos possuíam nível de escolaridade completo, ao nível de ensino básico houve uma redução

de negativa de 0,9 pontos percentuais para a população com 15 e mais anos comparativamente a 2011.

Relativamente às freguesias, a da Batalha destaca-se com os valores mais elevados em todos os níveis de escolaridade, sendo que a maior percentagem de população estudantil residente do concelho é a frequentadora do ensino básico.

Efetuando a análise por nível de escolaridade obtido, a que apresenta a menor percentagem é o ensino pós-secundário, com o ensino básico a apresentar os valores mais altos como seria expectável dado que é o primeiro nível de ensino, mantendo a tendência relativamente a 2011.

Relativamente ao nível superior, o último de todos os níveis de ensino, a freguesia do Reguengo de Fétal apresentam o menor número de população residente do concelho com o ensino superior completo.

4. EQUIPAMENTOS

Relativamente aos equipamentos presentes no concelho, as intervenções no edificado que ocorreram desde 2015 encontram-se localizadas essencialmente na freguesia da Batalha (Gráfico 1), com a freguesia de São Mamede a ser conjuntamente com a freguesia da Batalha, a freguesia na qual estão localizados imóveis propriedade do Município que tiveram algum tipo de intervenção.

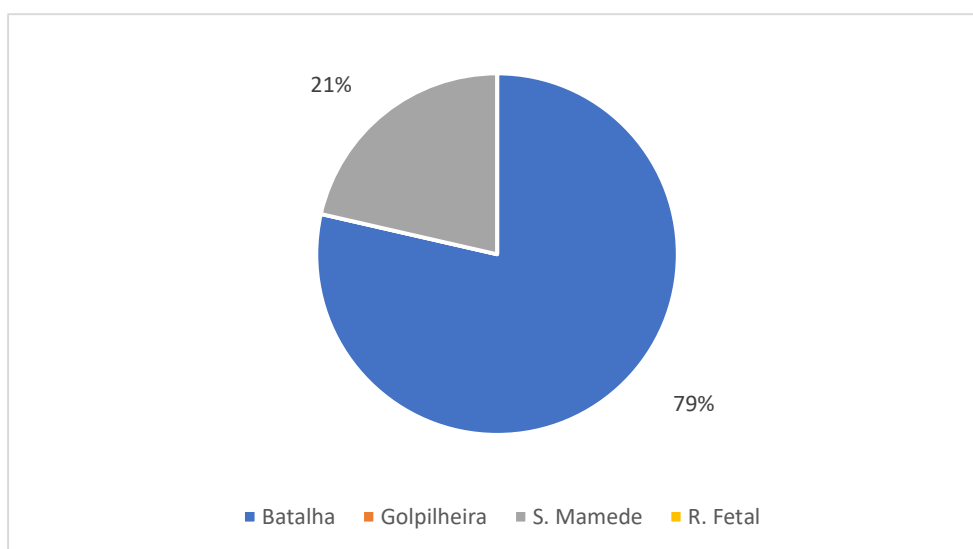


Gráfico 1 – Empreitadas edificado por freguesia

Os equipamentos representados neste estudo, são os relativos às empreitadas que já possuíam receção provisória à data da elaboração do Relatório.

Os equipamentos que foram alvo de algum tipo de requalificação ou construção de raiz, estão ligados à atividade de ensino, de apoio a atividades do Município, fins sociais, ou turismo, destacando-se a beneficiação de Edifícios da Autarquia (Reabilitação e conservação) – Adaptação do Edifício Municipal para Acolhimento da Loja do Cidadão (IRN, AT e SS), Casa de Velar de São Mamede, Beneficiação de Edifícios da Autarquia (Reabilitação e Conservação) - Cantina Escolar da Batalha, Beneficiação de Edifícios da Autarquia (Reabilitação e Conservação) - Piscinas da Batalha - Melhoria Funcional dos Balneários, e Requalificação do Posto de Turismo da Batalha.

4.1. ENSINO

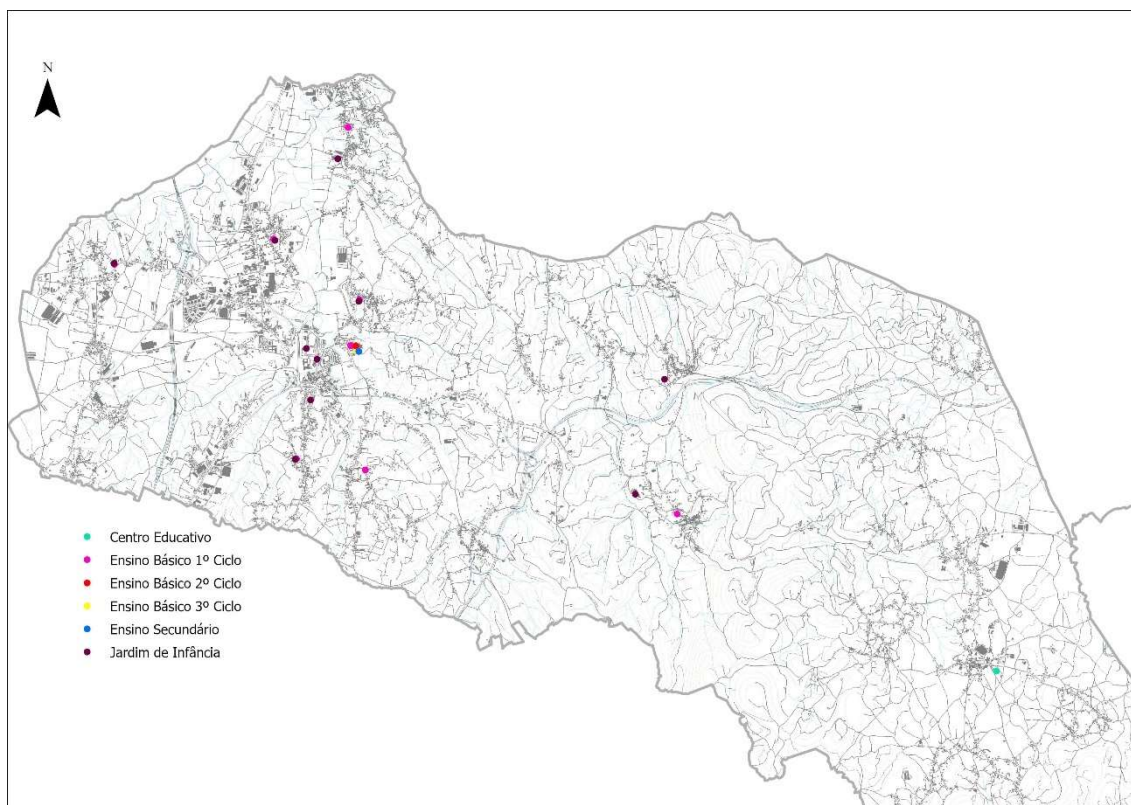
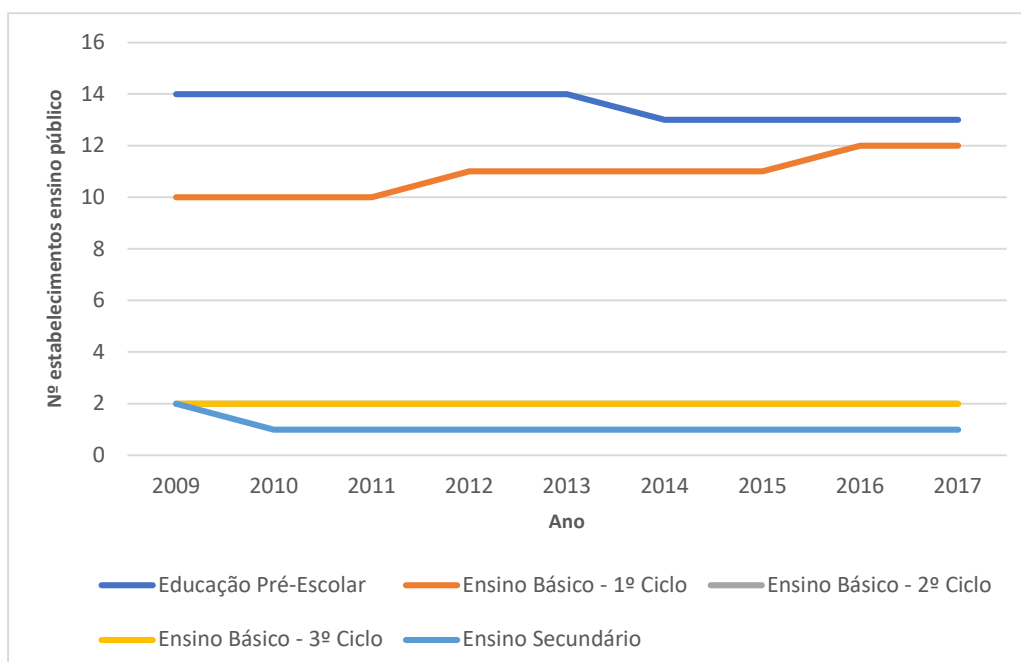


Figura 4 – Localização dos estabelecimentos de ensino públicos no concelho da Batalha

Na Figura 4 estão identificadas as localizações dos estabelecimentos de ensino públicos. Analisando a planta de localização verifica-se que apenas existe um estabelecimento de ensino secundário no concelho, e que se encontra localizado na freguesia da Batalha.

Relativamente ao ensino pré-escolar e ensino básico de 1º ciclo, existem estabelecimentos de ensino em todas as freguesias.

A freguesia da Batalha é que abrange a maior percentagem de população residente no que diz respeito aos diversos níveis de escolaridade, e é igualmente a freguesia que tem o maior número de estabelecimentos de ensino em todos os níveis de ensino.



Fonte: Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: por nível de ensino, PORDATA

Gráfico 2 – Número de estabelecimentos de ensino público no concelho da Batalha

O ensino básico do 1º Ciclo foi o único que teve um aumento do número de estabelecimento de ensino nos últimos anos, o secundário e 3º Ciclo mantiveram o número de estabelecimentos de ensino, com o ensino secundário a manter uma estabilidade desde o ano de 2010, ano em que teve um decréscimo de 2 estabelecimentos para 1, sendo que 3º Ciclo desde 2009 manteve os dois estabelecimentos de ensino.

Tabela 5 – Número de alunos por estabelecimento público, por ano letivo

DESIGNAÇÃO	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2012-2013	2013-2014	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2023-2024	CAPACIDADE
Escola Básica da Golpilheira	62	63	59	45	44	47	51	52	49	59	63	72
Escola Básica da Faniqueira	17	28	25	31	29	27	30	19	39	36	41	48
Escola Básica de Casais dos Ledos	40	37	42	39	39	34	29	23	27	33	42	48
Escola Básica da Quinta do Sobrado	39	45	44	42	29	31	22	33	37	45	46	48
Escola Básica de Brancas	41	38	37	38	30	31	22	18	11	12	13	48
Escola Básica do Reguengo do Fetal/Centro Escolar	34	33	22	32	37	41	31	19	43	45	66	SD ¹
Escola Básica e Secundária da Batalha (1º Ciclo)	207	212	202	199	114	118	112	110	103	105	105	216
Escola Básica e Secundária da Batalha (2º Ciclo)	288	286	291	306	282	264	257	257	SD	SD ¹	271	696
Escola Básica e Secundária da Batalha (3º Ciclo)	447	SD ¹	SD ¹	483	432	455	375	375	SD	SD ¹	473	SD ¹
Escola Básica e Secundária da Batalha (Ensino Secundário)	300	SD ¹	SD ¹	397	254	362	200	201	SD	SD ¹	246	SD ¹
Escola Básica e Secundária da Batalha (Ensino Profissional)	0	SD ¹	SD ¹	SD*	150	132	SD	109	SD	SD ¹	139	SD ¹
Escola Básica da Faniqueira (Jardim de Infância)	15	24	24	18	16	20	17	16	20	20	18	25
Escola Básica de Casais dos Ledos (Jardim de Infância)	14	25	25	25	17	22	22	25	20	15	25	25
Jardim de Infância da Quinta do Sobrado	11	21	24	19	15	17	20	25	23	24	24	25
Jardim de Infância da Torre	5	8	8	10	8	10	8	7	8	9	21	25
Jardim de Infância da Golpilheira	13	38	34	35	41	38	36	38	45	38	38	50
Escola Básica da Rebolaria	42	39	44	35	24	21	33	22	33	34	42	48
Escola Básica da Rebolaria (Jardim de Infância)	12	20	21	23	18	18	20	14	12	19	20	25
Centro Escolar de São Mamede (1º Ciclo+Jardim de Infância)	0	SD ¹	SD ¹	SD ¹	94	108	89	79	88	105	121	146
Centro Educativo da Batalha	0	SD ¹	SD ¹	SD ¹	200	198	180	172	167	175	192	270

1 - SD: Sem dados disponíveis

Da análise dos dados apresentados na Tabela 5, de um modo geral constata-se que todos os estabelecimentos de ensino apresentam um aumento do número de alunos, verificando-se, deste modo, que a maioria dos estabelecimentos atinge os valores máximos da sua capacidade. De salientar que ao nível do ensino pré-escolar existem vários estabelecimentos quase ou totalmente ocupados, nomeadamente: Jardim de Infância dos Casais dos Ledos e Jardim de Infância da Quinta do Sobrado.

Os dados apresentados evidenciam um aumento da procura de estabelecimentos direcionados para o pré-escolar, verificando-se um acréscimo significativo do número de

alunos. Este aumento foi bastante significativo no Jardim de Infância da Torre, estabelecimento escolar que duplicou o número de alunos no atual ano letivo.

No 1.º ciclo verifica-se um acréscimo do número de alunos em todos os estabelecimentos escolares, constatando-se que em algumas escolas estão com uma ocupação próxima dos 100%.

No 2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário/profissional a tendência corresponde a uma evolução positiva no número de alunos.

4.2. SAÚDE

Na oferta disponível relativamente aos serviços de saúde, todas as freguesias têm disponível algum tipo de serviço de farmácia, sendo que freguesia da Golpilheira dispõe posto de medicamentos, que é um posto farmacêutico móvel que disponibiliza os serviços de farmácia aos habitantes desta freguesia, tendo no passado existido um posto fixo de farmácia na freguesia.

A única freguesia que dispõem de mais do que um estabelecimento que presta serviço de farmácia é a freguesia da Batalha que tem duas farmácias. Esta situação também se verifica devido a atribuição de novos alvarás que obedece a critérios de capitação mínima de habitantes, e ou distâncias entre farmácias em que a freguesia da Batalha está mais capacitada para cumprir os requisitos.

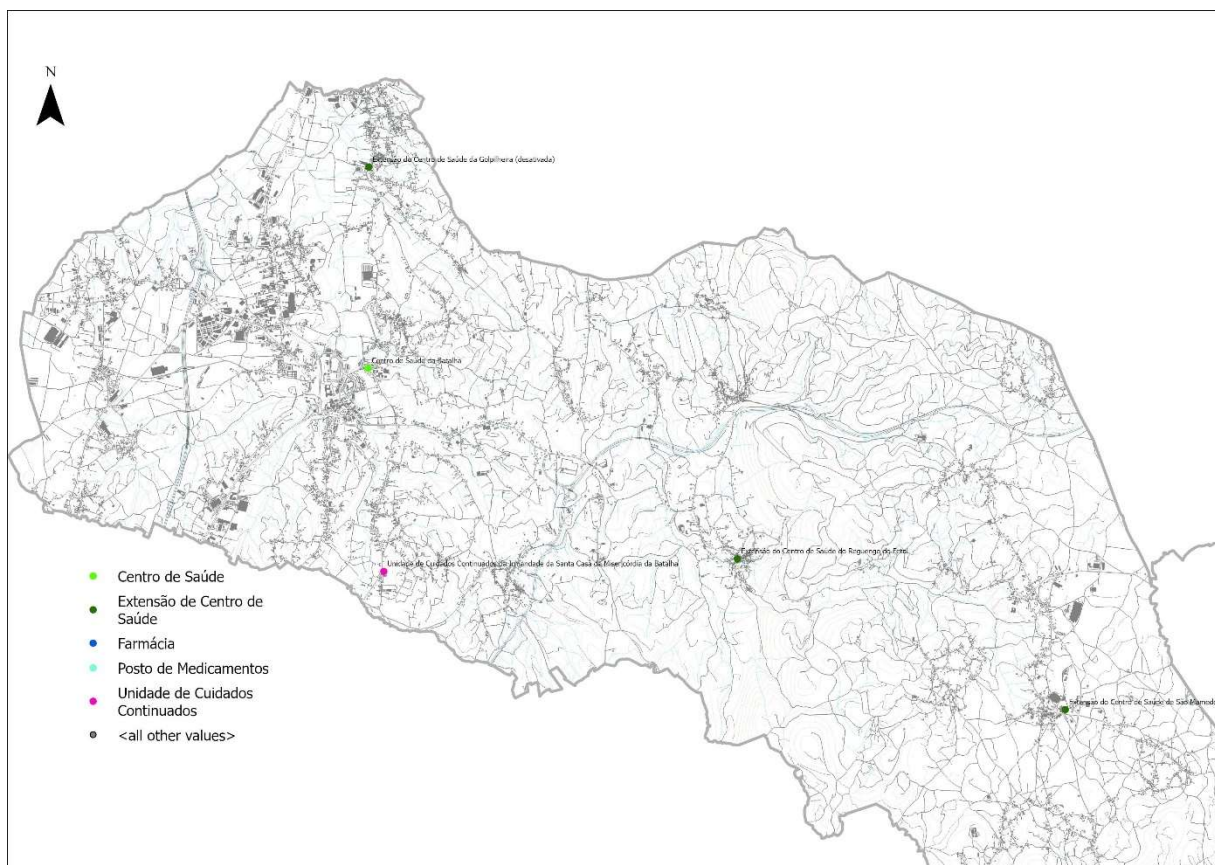


Figura 5 – Localização dos equipamentos de Saúde

No que diz respeito aos equipamentos de saúde públicos, verifica-se que a unidade de saúde condestável mantém as extensões de saúde de Reguengo do Fetal e de São Mamede. Na freguesia da Golpilheira o equipamento de saúde foi desativado/encerrado.

Tabela 6 – Habitantes por profissional de saúde

	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2023 ^a
Habitantes por médico	3.005,7	1.748,1	1.579,6	1.758,6	1.582,3	1.581,2	1.436,0	1.581,6	1.218,3	932	1.728,5
Habitantes por farmacêutico	1.669,8	1.123,8	1.128,3	1.055,2	1.130,2	-	1.316,4	1.216,6	1.055,9	1.218,7	-

INE - Estimativas Anuais da População Residente.

Fonte: PORDATA

a – Dados da página da internet USF Condestável acedido em 24/01/2024 e população residente INE

Desde 2001 tem havido uma tendência de decréscimo de profissionais de saúde por habitantes, com algumas exceções de crescimentos no caso dos médicos em 2011 e 2015, no caso dos farmacêuticos em 2012 e 2013, esta análise teve em consideração que os dados são referentes a estimativas anuais e que os censos são de 2001 e 2011,

podendo haver algum desfasamento em relação à realidade dos dias de hoje. Verifica-se um decréscimo de oferta de profissionais de saúde quando analisados os valores à década, tanto no caso dos médicos como nos farmacêuticos, sendo que a população residente na Batalha cresceu nesse período.

Para 2023 mantiveram-se 3 os polos da USF Condestável, Batalha, Reguengo do Fetál e São Mamede, constituída por uma equipa de nove médicos, e nove enfermeiras, de acordo com os dados da mesma, distribuídos por 15652 utentes inscritos, sendo que 99,99% dos mesmos têm médico de família atribuído, e 0,01% não tem médico de família por opção.

Os dados relativos a farmácias e de acordo com o INE, em 2022 existiam 3 farmácias e 1 posto farmacêutico móvel, com uma redução de um posto móvel relativamente a 2021 (*INE: Farmácias e postos farmacêuticos móveis (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de unidade local de farmácia; Anual*)

4.3. DESPORTIVOS

No concelho da Batalha existem 11 campos de futebol, 9 polidesportivos cobertos e 15 descobertos. Relativamente aos campos de futebol e polidesportivos cobertos, os mesmos estão distribuídos por todas as freguesias do concelho.

Os equipamentos desportivos cartódromo, campo de mini-golf, campo de jogos, ciclovia, circuito de manutenção, court de ténis e piscina coberta apenas existem na freguesia da Batalha.

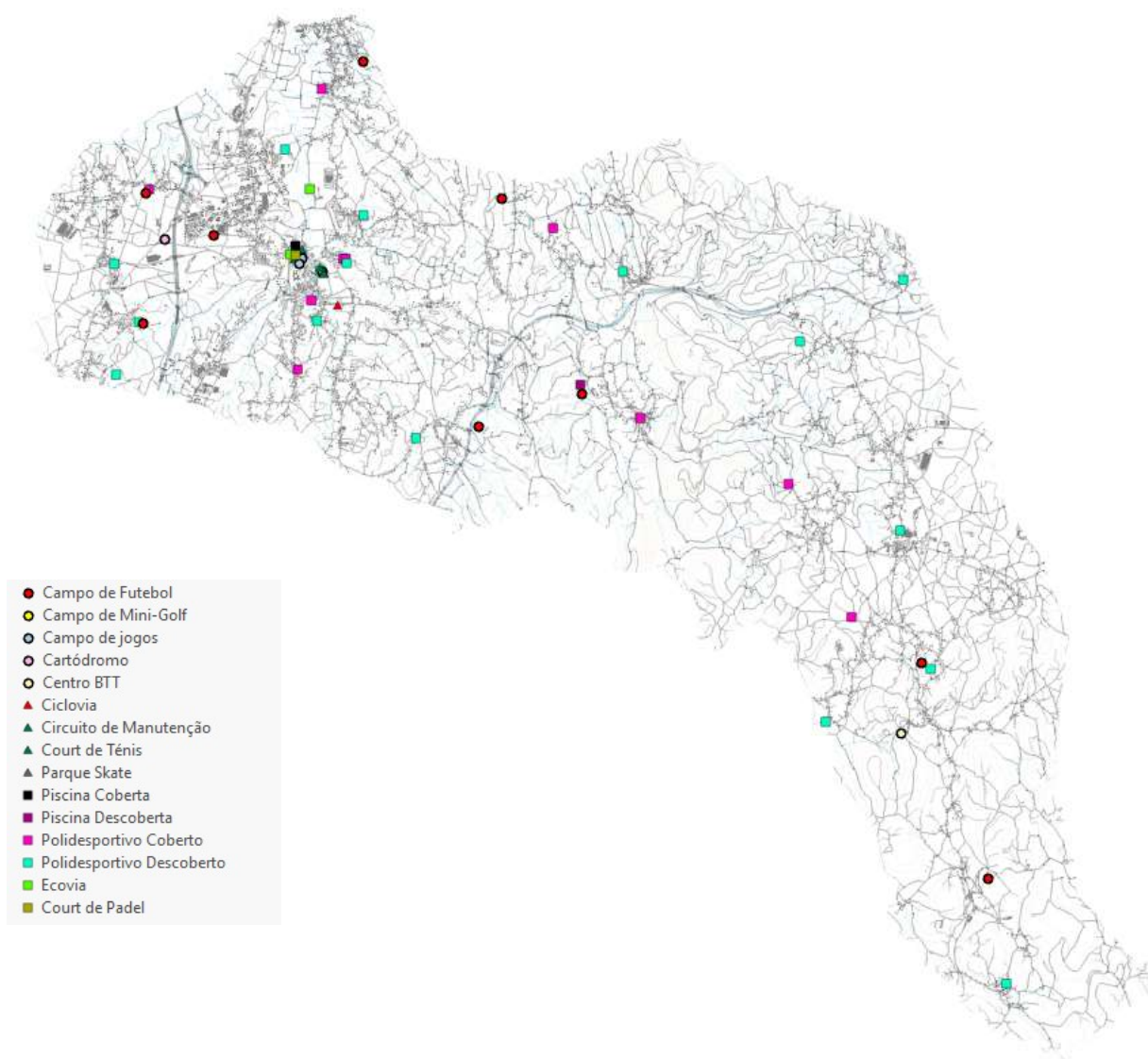


Figura 6 – Localização equipamentos desportivos no concelho da Batalha

Ao nível de equipamentos desportivos o município após 2019 continuou a executar remodelações e instalação de novas infraestruturas, nomeadamente a construção de ecovia e ciclovía, e campos de padel, estando ainda em execução a infraestrutura polidesportivo de São Mamede cuja obra ainda não está concluída.

4.4. SOCIAIS

Tabela 7 – Instituições de apoio social

DESIGNAÇÃO	CAPACIDADE	
Centro Apoio a Peregrinos (Refugiados)	-	
Academia Sénior	-	
Antiga Cantina Escolar da Batalha	-	
ATL do 1º Ciclo da Faniqueira	48	
ATL do 1º Ciclo da Golpilheira	72	
ATL do 1º Ciclo da Quinta do Sobrado	48	
ATL do 1º Ciclo da Rebolaria	48	
ATL do 1º Ciclo das Brancas	48	
ATL do 1º Ciclo de São Mamede	24	
ATL do 1º Ciclo do Reguengo do Fetal	48	
ATL do 1º Ciclo dos Casais dos Ledos	24	
ATL do Jardim da Isabel	25	
ATL do Jardim de Infância da Faniqueira	25	
ATL do Jardim de Infância da Golpilheira	25	
ATL do Jardim de Infância da Quinta do Sobrado	25	
ATL do Jardim de Infância da Rebolaria	25	
ATL do Jardim de Infância de São Mamede	25	
ATL do Jardim de Infância dos Casais dos Ledos	25	
Jardim da Isabel (Creche)	50	
Unidade de Cuidados Continuados da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha	32	
Associação de Propaganda e Defesa da Região da Batalha - Centro Infantil Moinho de Vento	Creche	40
	ATL	20
	Pré-escolar	70
Centro Paroquial de Assistência do Reguengo do Fetal	Creche	35
	Pré-escolar	50
	Serviço de Apoio Domiciliário	42
	Centro de Dia	30
Centro Social e Cultural da Paróquia de São Mamede	Lar de Idosos	84
	Creche	39
	Serviço de Apoio Domiciliário	49
	Centro de Dia	40
	Cantina Social (protocolo c/ SCM)	8 agregados
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha	PCAAC ¹	30 agregados
	Centro de Convívio	30
	Centro de Dia	30
	Serviço de Apoio Domiciliário	49
	Cantina Social	25 agregados
Junta de Ação Social da Diocese de Leiria-Fátima - Centro/Jardim Mouzinho de Albuquerque	PCAAC ¹ - Mediadora/Distribuidora	120 agregados
	Creche	44
	Pré-escolar	25

1) PCAAC - Programa Comunitário Apoio Alimentar a Carenciados - Instituição Distribuidora

Relativamente à rede de equipamentos sociais que visam a promoção do desenvolvimento dos munícipes, o concelho está abrangido de instituições de apoio para todos os escalões etários, abrangendo todo o concelho com oferta a não ser homogénea tendo uma variação consoante a freguesia.

Durante o período de vigência da 1.ª Revisão do PDM foi reabilitado o Edifício Dr. Gens, que está atualmente em uso pela Academia Sénior, foi remodelado um apartamento (Protocolado Segurança Social) utilizado para fins sociais, na escola do 1º ciclo de São Mamede o uso foi reconvertido estando atualmente a ser utilizado como centro de acolhimento para os refugiados (habitação social), o edifício da Antiga Cantina Escolar foi igualmente remodelado numa empreitada de 2015, servindo como habitação para pessoas carenciadas, e para o edifício contíguo, Escola de Vila Facaia, está em execução a reabilitação para uso do edifício como equipamento social. Importa ainda sublinhar, a requalificação de um antigo edifício para residência de estudantes universitários.

4.5. CULTURAIS

As atividades culturais e os equipamentos de apoio às atividades, têm a sua localização essencialmente na freguesia da Batalha, mais especificamente no lugar da Vila da Batalha, fora do lugar existe o Depósito Arqueológico localizado no lugar de Casal do Quinta, e também o edifício multiusos "Casa da Madalena" e Museu Etnográfico no lugar da Rebolaria.

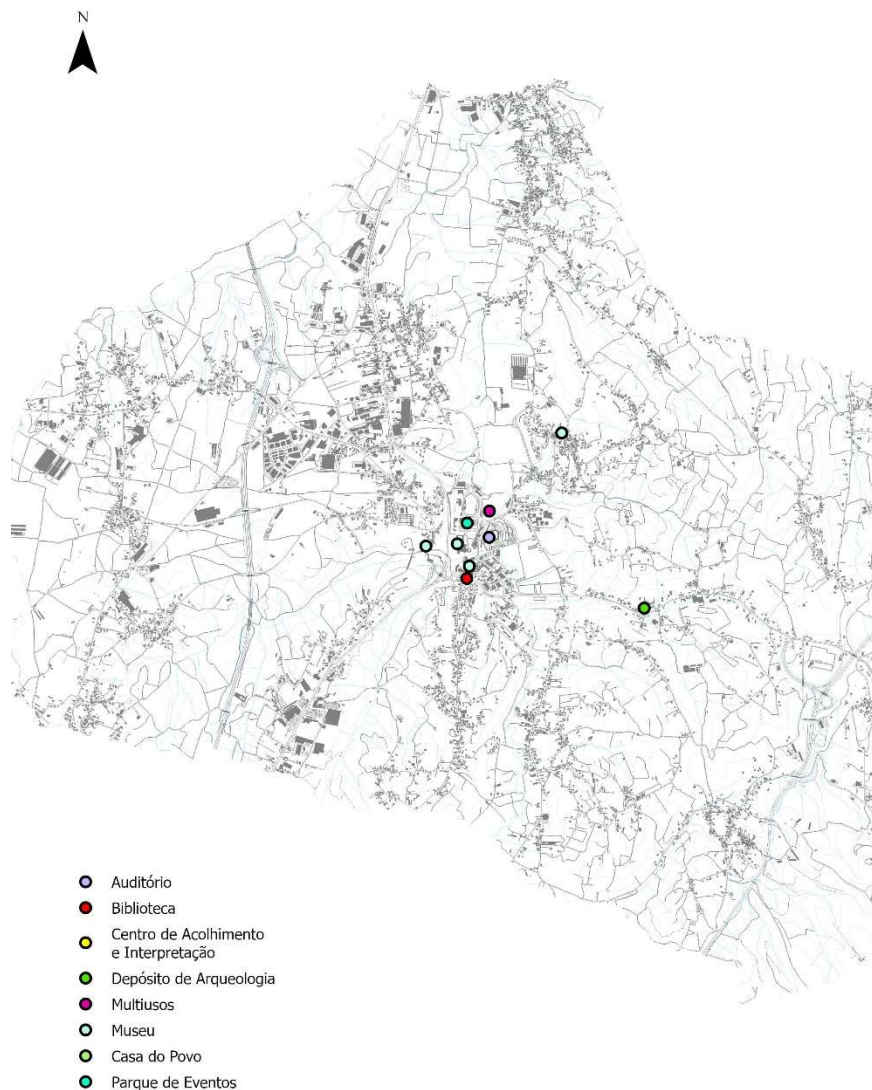


Figura 7 - Localização dos equipamentos culturais na freguesia de Batalha

No edifício dos paços do concelho encontra-se instalado o auditório municipal. A biblioteca municipal encontra-se atualmente a funcionar na Casa do Conhecimento e da

Juventude. Os restantes equipamentos da Vila da Batalha são os espaços museológicos, museu da comunidade concelhia da Batalha, Museu de Oferendas ao Soldado Desconhecido e Laboratório de História Natural. Os outros dois equipamentos culturais são o Pavilhão Multiusos e parque de eventos que permitem a realização de eventos ao ar livre e ambiente fechado. Em São Mamede existe um polo da biblioteca de Centro Interpretação Pia do Urso, e na freguesia do Reguengo do Fetal a Casa do Povo.

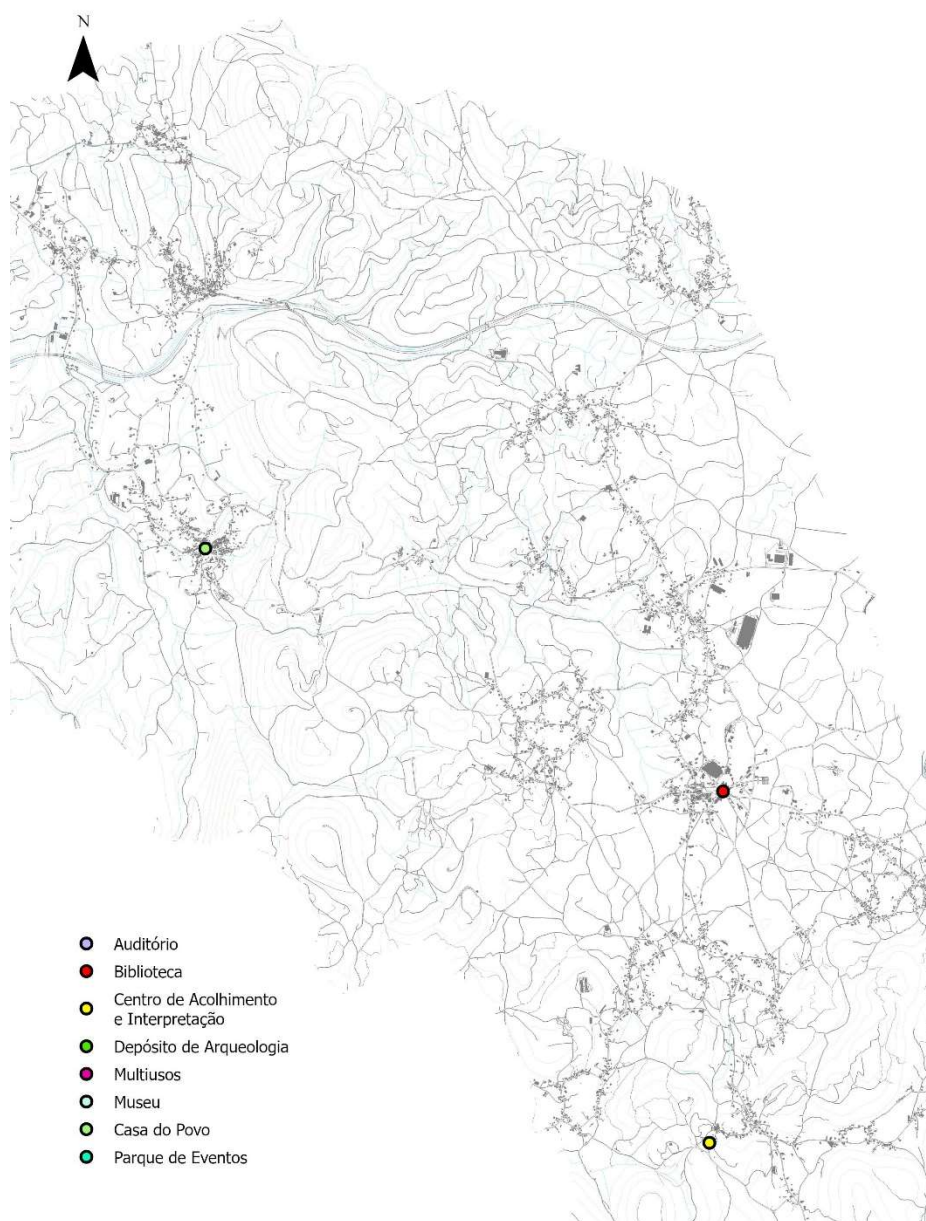


Figura 8 - Localização dos equipamentos culturais na freguesia de Reguengo do Fetal e São Mamede

Para além da freguesia da Batalha o outro equipamento existente é o Pólo da Biblioteca Municipal de São Mamede, localizado na freguesia de São Mamede, lugar de São Mamede.

4.6. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL.

A rede de segurança pública e proteção civil municipal inclui as seguintes entidades (Figura 9):

- posto da Guarda Nacional Republicana;
- quartéis de Bombeiros voluntários do Concelho da Batalha;
- sedes de Junta de Freguesia;
- loja de cidadão e Câmara Municipal da Batalha.



Figura 9 – Localização Geográfica dos equipamentos de proteção civil e administração pública.

As sedes de Juntas de Freguesias estão distribuídas uma por sede de freguesia, e a Loja de Cidadão/ Câmara Municipal da Batalha, está localizado na sede do concelho, no lugar da Vila da Batalha, tal como o posto de informação turística, derivado a ser o local de maior afluência turística.

As infraestruturas de proteção civil são um quartel de bombeiros voluntários no lugar de São Mamede e outro no lugar da Vila da Batalha. Relativamente às infraestruturas relacionadas com atividade de segurança pública existe apenas o posto da Guarda Nacional Republicana na Vila da Batalha.

5. INFRAESTRUTURAS

5.1. REDE DE GÁS

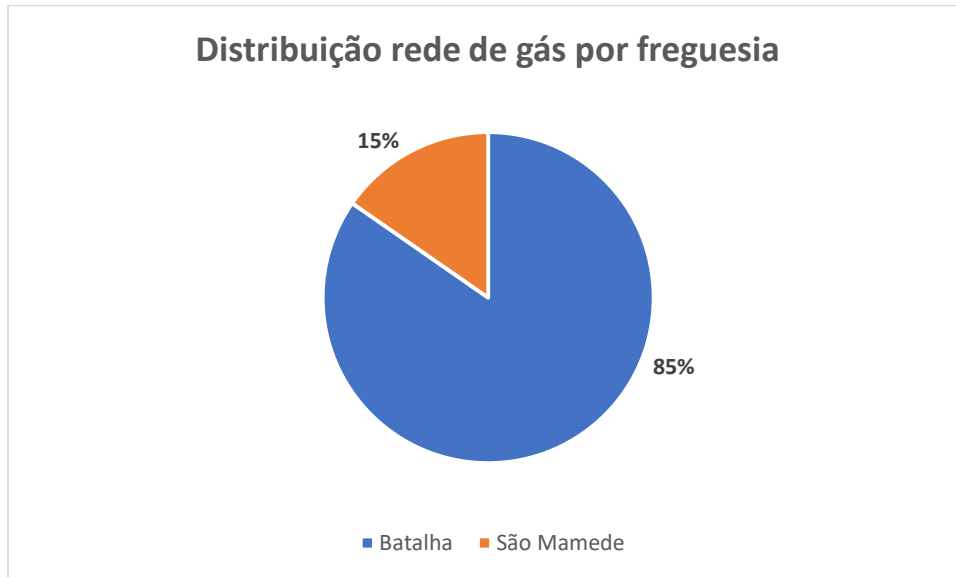


Gráfico 3 – Extensão da Rede de Gás Natural

A Rede de Gás Natural no concelho da Batalha tem como entidade gestora da infraestrutura, a Lusitânia Gás, estando a mesma distribuída pelas freguesias da Batalha e São Mamede.

Desde 2019 a extensão da rede manteve-se estável, sendo que dois troços em loteamentos, um na Batalha e outro da Golpilheira que deixaram de ser contabilizados em 2023 por não terem ligação à rede.

A rede abrange essencialmente a freguesia da Batalha nos lugares da Vila da e ao longo da EN 356 no lado poente do concelho, e na freguesia de São Mamede.

5.2. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS

A rede de abastecimento de águas no concelho é gerida pela entidade Águas da Batalha.

A análise foi efetuada tendo em consideração os edifícios clássicos e não os alojamentos, dado que o Município não dispunha de dados suficientes para fazer a distinção de uso.

A maior extensão encontra-se na freguesia da Batalha, sendo que é também a freguesia com o maior número de habitantes, a freguesia de São Mamede sendo a segunda mais populosa é também a mais extensa e como tal verifica-se a segunda maior extensão da rede de abastecimento de águas.

Tabela 8 – População e alojamentos com cobertura de rede saneamento

	Extensão (km)	Percentagem de edifícios clássicos com abastecimento de água		
		Total	Perímetro urbano	Fora do perímetro urbano
Batalha	135	98,6%	99,9%	98,7%
Golpilheira	19	97%	99,7%	97,3%
Reguengo do Fetal	46	97,2%	99,8%	97,4%
São Mamede	77	98,7%	100,0%	98,7%
Total	277	98,2%	99,9%	98,4%

As taxas de cobertura da rede de abastecimento de água são elevadas, sendo que nas áreas inseridas em perímetros urbanos é mais elevada que fora dos mesmos.

5.3. REDE DE SANEAMENTO

O Concelho da Batalha possui uma rede de saneamento vasta que abrange as diversas freguesias do concelho, mas em que existem algumas assimetrias no que se refere à cobertura de alojamentos com rede de saneamento.

Todas as freguesias do concelho são servidas por rede de saneamento, todavia em algumas freguesias, e devido a aglomerados populacionais dispersos, nem todos os lugares terem cobertura da rede de saneamento.

Tabela 9 – População e alojamentos com cobertura de rede saneamento

	Número total de alojamentos com serviço efetivo a 31/12/2022	Número total de alojamentos com serviço disponível e não efetivo a 31/12/2022	Serviço não efetivado %	Total	%
São Mamede	491	344	41%	835	39%
Reguengo do Fétal	701	240	26%	941	80%
Batalha	3510	623	15%	4133	94%
Golpilheira	601	124	17%	725	97%
Concelho	5303	1331	20%	6634	78%

Fonte: Dados ERSAR 2023

Analisando a Tabela 9 verifica-se que a freguesia da Batalha tem uma cobertura quase total ao nível de alojamentos, assim como a freguesia da Golpilheira. A freguesia do Reguengo do Fétal também apresentam níveis muito altos com 80 % de serviço disponível, sendo que só a freguesia de São Mamede apresenta níveis mais baixos de cobertura, ao nível de alojamentos só apresenta 39 % dos alojamentos com serviço disponível.

Relativamente aos alojamentos com serviço disponível e não efetivado a freguesia de São Mamede, que apresenta a menor taxa de cobertura, é a que apresenta a maior taxa de servido disponível e não efetivado com 41%, verificando-se que existe uma proporcionalidade inversa entre a maior taxa de cobertura e serviço disponível não efetivado.

5.4. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RECOLHA INDIFERENCIADA E RECOLHA SELETIVA

Tabela 10 – Número e variação de contentores de recolha indiferenciada de resíduos sólidos

	CAPACIDADE (L)						TOTAL		
	240			800					
	2015 ¹	2018	2022 ²	2015 ¹	2018	2022 ²	2015 ¹	2018	2022 ²
Batalha	51	53	52	639	672	711	694	725	763
Golpilheira	4	6	7	113	125	124	119	131	131
Reguengo do Fetal	22	24	20	164	161	184	189	185	204
São Mamede	15	17	17	363	376	384	387	393	401
Concelho	92	100	96	1279	1334	1403	1389	1434	1499

1 - Fonte: Relatório da Proposta, 1ª Revisão Plano Diretor Municipal da Batalha

2- Suma

A oferta disponível relativamente de contentores para recolha indiferenciada de sólidos urbanos, continuou a sua tendência de crescimento generalizada em quase todas as freguesias, com exceção da freguesia da Golpilheira onde se manteve a oferta anterior, tendo existido um ajuste do número de contentores em função da sua capacidade.

Tabela 11 – Quantidades e distâncias percorridas relativas à recolha de resíduos

RESÍDUOS	2014	2015	2016	2022
Resíduos urbanos recolhidos (t/ano)	6124	5982	6030	6890
Resíduos urbanos recolhidos indiferenciadamente (t/ano)	5489	5416	5454	5940
Volume de atividade para reciclagem (t/ano)	605	536	536	950
Quilómetros percorridos pelas viaturas de recolha (km)	1240784	1312404	1642431	574604

Fonte: ERSAR - Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP)

Ao analisar a Tabela 11 elaborada de acordo com os dados da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), verifica-se que aumento significativo no volume e Km percorridos da atividade de recolha de RSU.

Os circuitos aumentaram os quilómetros percorridos pelas viaturas de recolha, com o número de viaturas a manter-se em 4 desde 2016, apesar do aumento do esforço na recolha de resíduos, houve um decréscimo de alojamentos com serviço de recolha de resíduos (Gráfico 4), de acordo com os dados da ERSAR 2022.

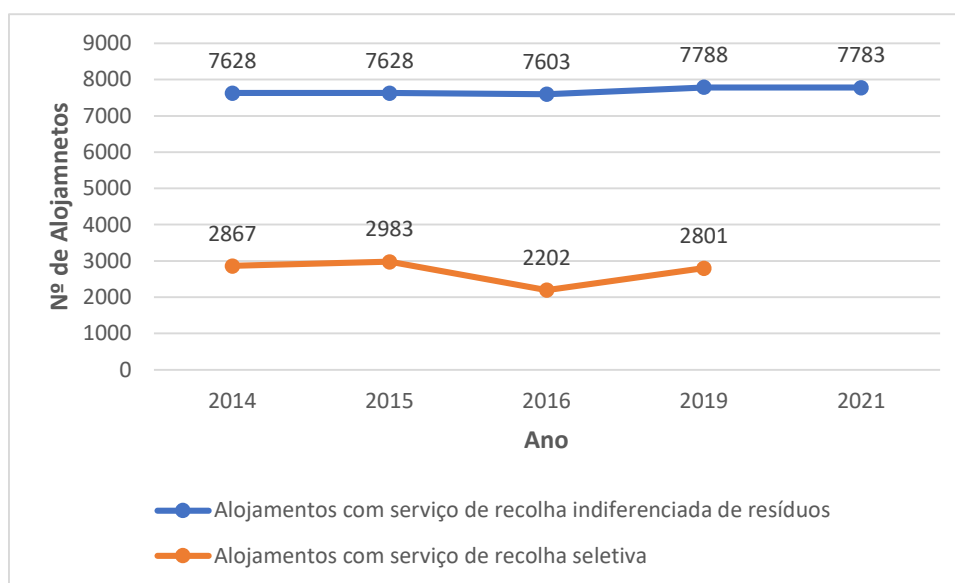


Gráfico 4 – Alojamentos com serviço de recolha de resíduos

5.5. REDE VIÁRIA

Ao nível do PDM o concelho tem a rede rodoviária hierarquizada com uma extensão total da rede na ordem dos 172 km.

Sistema Primário

- Engloba as principais vias que atravessam o concelho, sendo composta por a Estrada Nacional 356 em toda a sua extensão, o itinerário complementar 9 e ainda a Autoestrada A19. As vias anteriormente mencionadas não são geridas pela autarquia, com exceção a alguns troços da EN356 já desclassificados.

Sistema Secundário

- Este sistema comporta todas as vias de carácter municipal cumprem as funções de ligações entre as sedes de freguesia e os outros núcleos geradores de tráfego local entre aglomerados do concelho, tal como garantir ligações secundárias ao exterior.

Sistema Terciário

- Abrange as vias municipais menos importantes, assegurando na sua generalidade o acesso local a pequenos aglomerados polarizados por sedes, podendo ainda garantir acesso de ligações locais ao exterior.

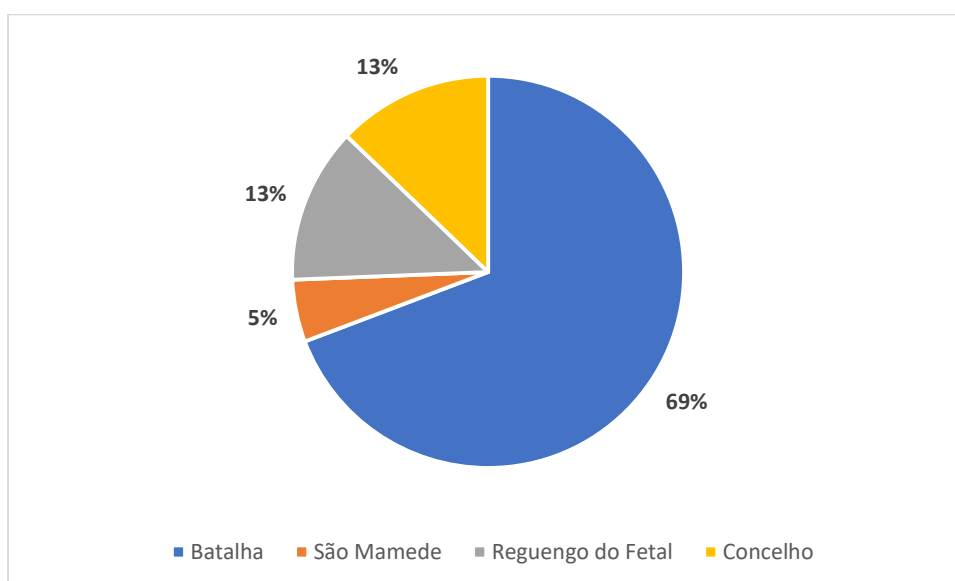


Gráfico 5 – Distribuição das empreitadas (2019-2023), referentes à rede viária pelas freguesias do concelho da Batalha

No Gráfico 5 é possível verificar que a freguesia da Batalha foi a que teve a maior percentagem de empreitadas com intervenções ao nível da rede viária para o período de 2019 até 2023. A freguesia da Golpilheira não teve qualquer empreitada direcionada apenas para a freguesia em causa, sendo que existiram intervenções ao nível do concelho que abrangeram esta freguesia. A freguesia de São Mamede teve menor intervenção na sua rede viária ao contrário do que se tinha verificado no período do anterior relatório.

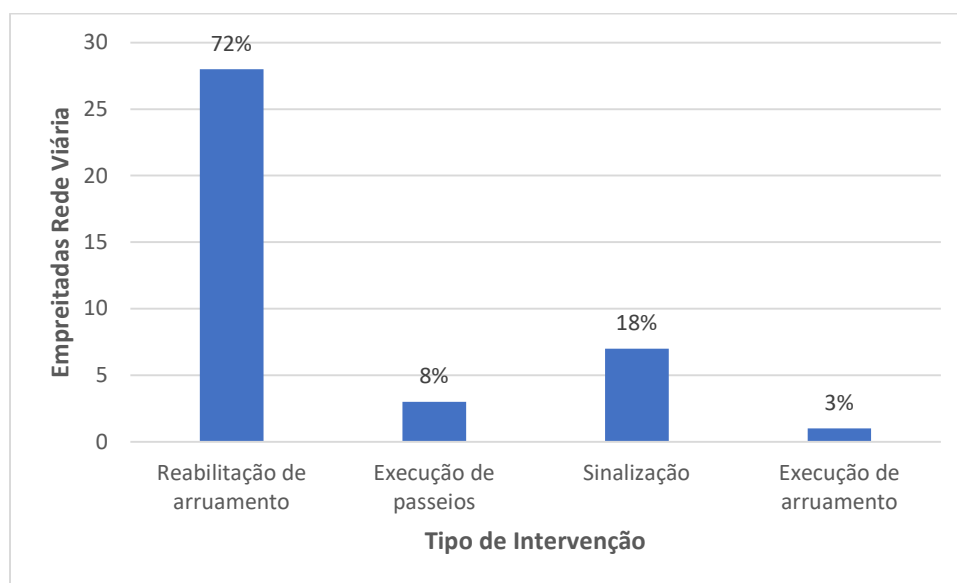


Gráfico 6 – Percentagem por tipo de intervenção na rede viária

Avaliando as empreitadas por tipo de intervenção, verifica-se que a reabilitação de arruamentos foi a que acolheu a maioria das empreitadas, e a execução de arruamento foi a que teve menor número sendo que a especificidade do tipo de investimento e a vasta dimensão da rede viária do concelho não cria a necessidade de execução de novos arruamentos com regularidade.

5.6. TRANSPORTES PÚBLICOS

O concelho da Batalha é servido por serviços de transportes coletivos assegurados por o operador de transporte público Rodoviária do Lis, sendo que existem duas modalidades de oferta de transporte público coletivo, o GIRA Batalha, e o transporte de passageiros que tem valência de transporte escolar e transporte coletivo com serviço à população em geral.

A modalidade GIRA Batalha, tem um circuito urbano, ligação a pedido e ligação direta a Leiria via A19.

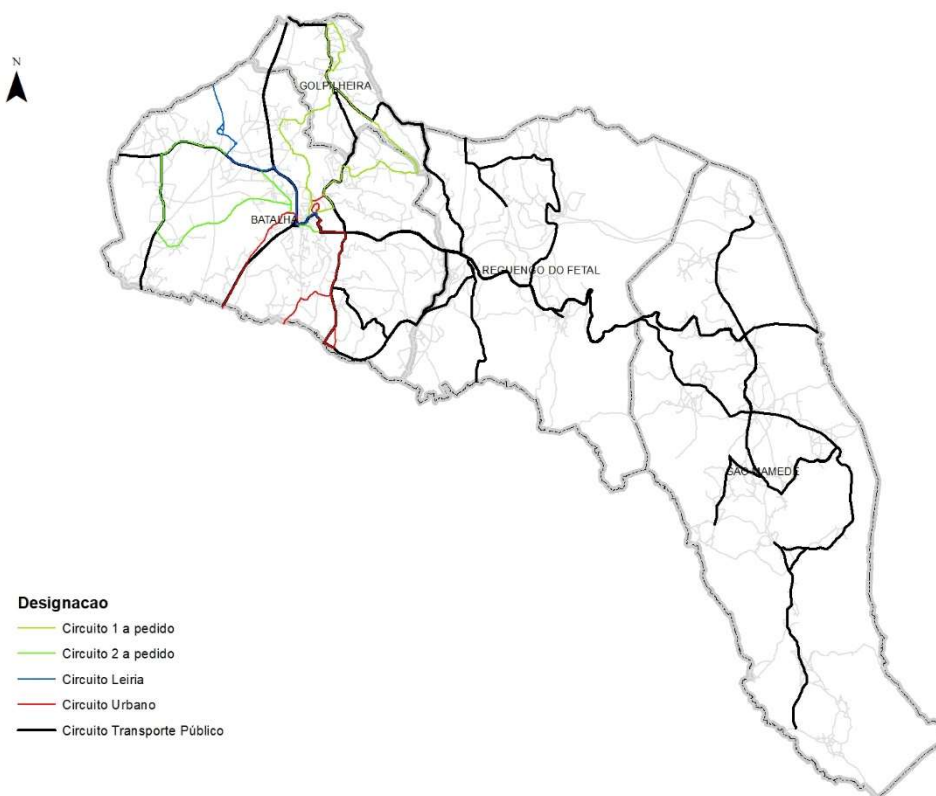


Figura 10 – Circuitos de transportes de passageiros públicos coletivos

A freguesia de São Mamede é a freguesia com a menor cobertura de oferta de transportes públicos quando analisado ao nível da população abrangida, em que a parte sul da freguesia tem um circuito que se desenvolve essencialmente ao longo da estrada EM 591, abrangendo os lugares em redor da referida via.

6. ATIVIDADES ECONÓMICAS

6.1. ATIVIDADE EMPRESARIAL

Na Tabela 12 verifica-se que após a revisão do PDM há uma tendência de crescimento tendo se registado inclusive o valor mais elevado de densidade de empresas, para os anos representados na Tabela 12, tendência esta que pode refletir a redefinição dos Espaço de Atividades Económicas programados na carta de classificação e

qualificação do solo. O número de empresas também registou um crescimento, o valor mais elevado dos registos apresentados.

Tabela 12 – Dados de atividade empresarial no Concelho da Batalha

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2022 ^a
Densidade de empresas	N.º/ km ²	-	-	18,7	18,3	17,5	17,9	18,1	18,6	19,1	21,2
Empresas (por localização da sede)	N.º	2 041	1 979	1 931	1 892	1 811	1 851	1 866	1 924	1 974	2190
Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	%	13,9	15,8	15,1	17,1	15,6	16	18,8	19	16,9	19,4
Pessoal ao serviço por empresa	N.º	4,4	4,3	4,2	4,2	3,9	3,8	3,7	3,7	3,6	3,3
Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	%	92,5	92,5	92,9	93,1	93,2	93,5	93,7	94	94,1	93,97
Taxa de sobrevivência de empresas (a 2 anos)	%	-	-	52,5	61,3	52,9	46,8	59,6	55,2	51,4	67,42
Volume de negócios por empresa	Milhares de €	322,4	295,1	290,5	286	271,4	265,2	275,7	266,4	260,8	346,7

Fonte: Datacentro – CCDR Centro,

a Censos 2021 INE

A proporção de volume de negócios tem por seu lado vindo a registar aumentos nos últimos anos tendo sido um aumento significativo desde a última análise, sendo que o mesmo não se refletiu no pessoal ao serviço por empresa onde houve um decréscimo.

Também se verificou um aumento na concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas, demonstrado um maior predomínio das mesmas na atividade económica do concelho.

A taxa de sobrevivência de empresas a 2 anos registou um aumento relativamente a 2016 com um aumento percentual de cerca de 16 %, sendo que é um indicador que apresenta uma grande variabilidade.

6.2. TURISMO

Das atividades económicas o setor do turismo representa uma importância vital para o concelho da Batalha, que tem como ponto de atração principal a Vila da Batalha e o Mosteiro da Batalha.

Tabela 13 – Dados turismo

	Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento turístico por 1.000 habitantes				Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes				ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO												Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico				Proporção de hóspedes estrangeiros em estabelecimentos de alojamento turístico				Taxa de ocupação-cama (líquida) nos estabelecimentos de alojamento turístico			
									Total				Hotelaria				Alojamento local															
	2023 ¹	2016	2015	2014	2023 ¹	2016	2015	2014	2022 ¹	2016	2015	2014	2022 ¹	2016	2015	2014	2022 ¹	2016	2015	2014	2022 ¹	2016	2015	2014	2022 ¹	2016	2015	2014	2022 ¹	2016	2015	2014
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Centro (100)	29	24	22	21	316	251	224	197	1 461	918	854	685	379	333	304	299	650	270	250	221	1,8	1,7	1,8	1,8	33	38	37	36	38	31	29	28
Região de Leiria	16	16	15	14	197	155	139	128	110	75	74	67	37	34	30	29	49	24	26	25	1,8	1,9	1,9	1,9	22	32	29	29	-	32	30	29
Batalha	31	28	30	29	341	320	302	252	9	6	7	7	4	5	5	5	4	1	2	2	1,7	1,6	1,5	1,6	34	42	39	42	-	32	29	25

Fonte: Datacentro – CCDR Centro

1 - INE

A capacidade registou um aumento ao contrário no que sucedeu na região em que o concelho se encontra inserido, assim como o nº de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico. A oferta em termos de estabelecimentos turísticos acompanhou a tendência da região de Leiria e região centro, com um aumento de oferta nos estabelecimentos, sendo que a variação positiva foi só ao nível dos alojamentos locais, dado que na hotelaria houve um decréscimo de um estabelecimento.

No que concerne às estadias o concelho está relativamente abaixo das regiões em que está inserido, mas verificou uma média mais elevada do que no passado, sendo que a percentagem de hóspedes estrangeiros diminuiu no concelho assim como nas duas regiões.

7. FLORESTA

No concelho da Batalha, o solo é predominantemente ocupado por áreas florestais, dado que ocupam uma área total de 4.477,5ha (corresponde a 43,3% da área do território concelhio). Seguem-se em relevância as áreas agrícolas com uma área total de 2.975,8ha (corresponde a 28,8% da área do território concelhio), as áreas de incultos com uma área total de 1.524,1ha (corresponde a 14,7% da área do território concelhio) e as áreas sociais com uma área total de 1.245,6ha (corresponde a 12,0% da área do território concelhio). Por seu turno, com menor expressão no concelho da Batalha encontram-se os improdutivos, uma vez que ocupam uma área total de 106,9ha (corresponde a 1,0% da área do território concelhio), e as superfícies aquáticas, pois ocupam uma área total de 11,7ha (corresponde a 0,1% da área do território concelhio).

Tabela 14 – Áreas Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) - hectares

	SUPERFÍCIES AQUÁTICAS	INCULTOS	IMPRODUTIVOS	FLORESTA	ÁREAS SOCIAIS	AGRICULTURA
Batalha	3,7	99,6	3,4	949,2	641,5	1.144,1
Golpilheira	8,0	17,2	0	44,9	81,6	354,6
Reguengo do Fetal	0,0	673,2	47,6	987,9	206,4	901,5
São Mamede	0,0	734,1	55,8	2.495,6	316,1	575,6
Total	11,7	1.524,1	106,9	4.477,5	1.245,6	2.975,8

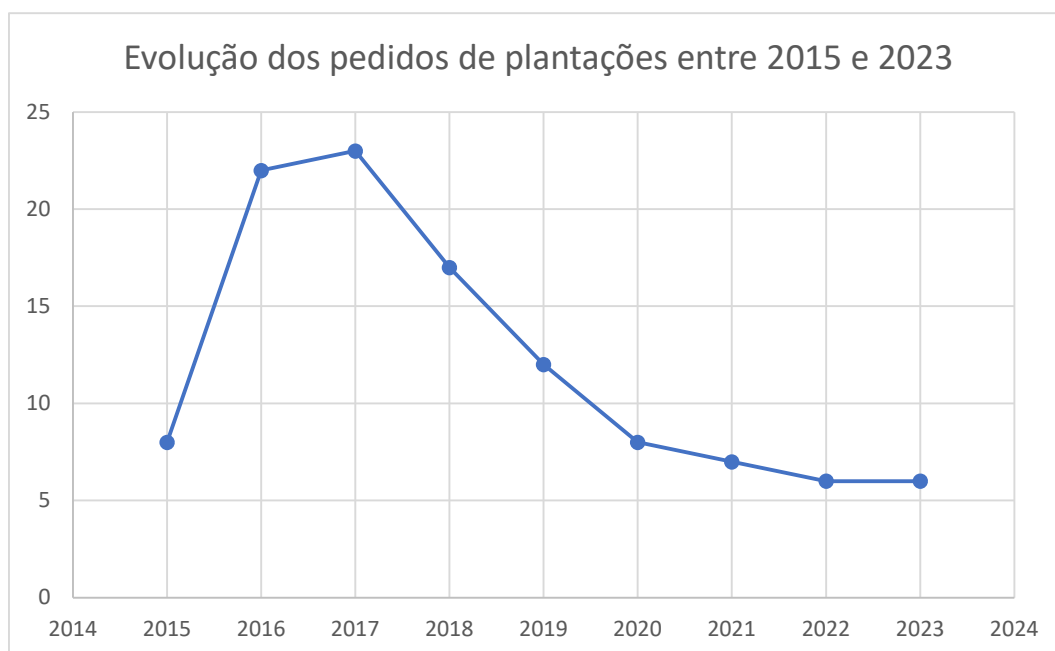


Gráfico 7 – Pedidos de plantações (2015-2023)

Os pedidos de plantações ao longo do período em análise tem vindo a diminuir com uma tendência para estabilizar nos últimos anos.

Tabela 15 – Pedidos de plantação por espécies florestais, entre 2015 e 2023

ESPÉCIE	N.º pedidos
Eucaliptos	70
Pinheiros	23
Misto – eucaliptos e pinheiros	13
Sobreiros	3
Carvalhos	2
TOTAL	111

Dos processos relativos às plantações florestais, verifica-se que na sua grande maioria os pedidos correspondem a plantações de eucaliptos (Tabela 15).

Relativamente à área ardida, entre 2015 e 2021, arderam no concelho da Batalha 31 há, tendo sido atingido o máximo no ano de 2017 com 14ha.

Analisada a cartografia relativa à perigosidade de incêndios rural no concelho da Batalha verifica-se o seguinte relativamente à área ocupada em função da classe:

Área ocupada por classe de perigosidade de incêndio rural no concelho da Batalha

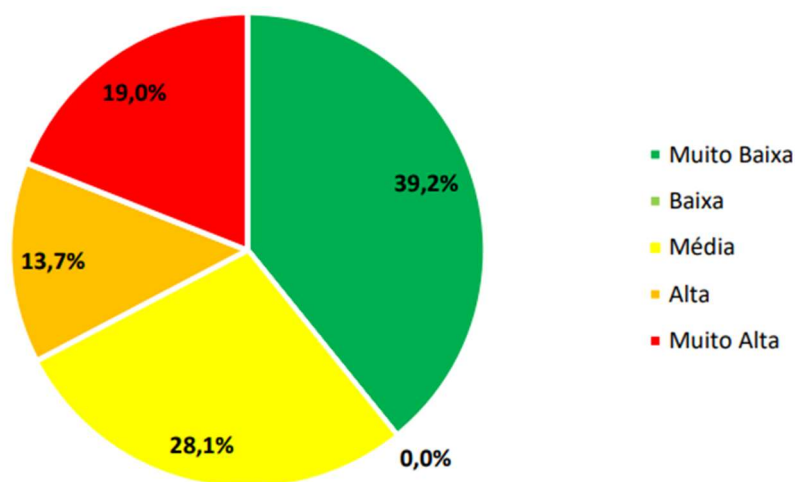


Figura 11 – Área ocupada por classe de perigosidade de incêndio rural

Fonte: PMDFCI 2021-2030

De acordo com os dados cartografados constata-se que a classe com maior representatividade é a classe “muito baixa”, seguindo-se as classes “média”, “muito alta” e “alta”. A área ocupada pelas classes de alta e muito alta perigosidade de incêndios está essencialmente associada a áreas com declives acentuados e por isso mais propensas à ocorrência de incêndios rurais.

8. CONCRETIZAÇÃO URBANÍSTICA

8.1. DINÂMICA URBANÍSTICA

Ao analisar o nível de execução do PDM em vigor ao nível dos processos de obras particulares, permitiu aferir as dinâmicas de desenvolvimento municipal, e o impacto que a revisão do PDM teve ao nível dessas dinâmicas.

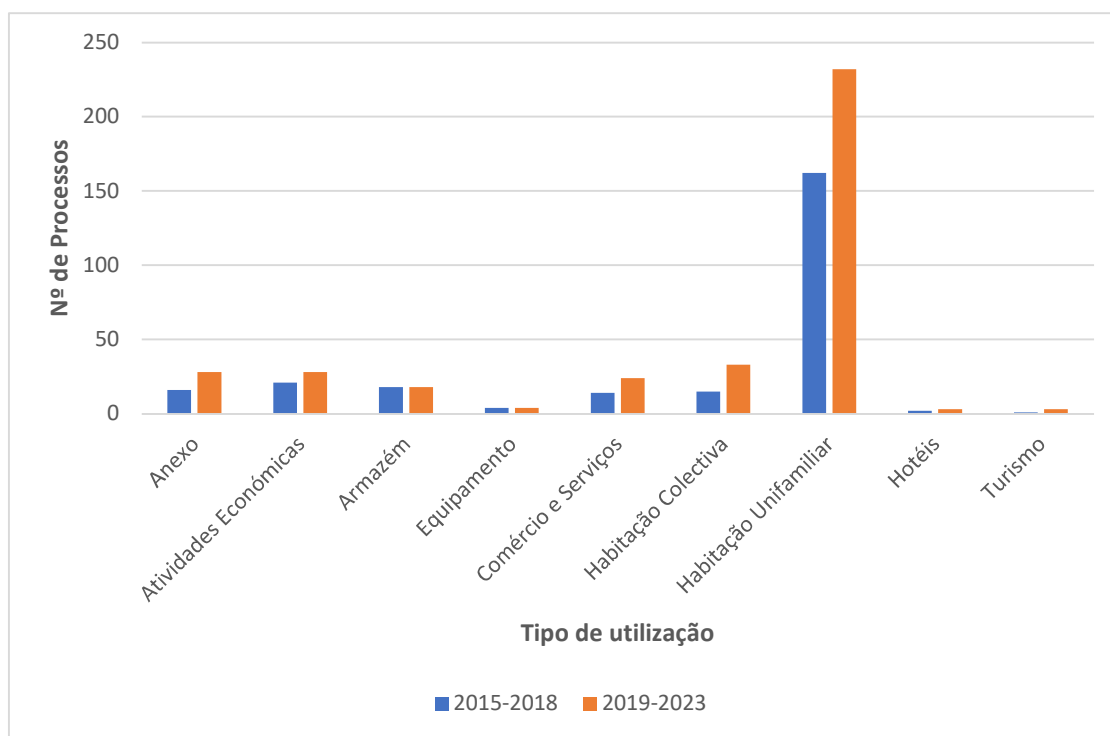


Gráfico 8 – Número de processos por tipo de utilização

Quando a análise é efetuada ao nível do uso, para os períodos 2015-2018 e 2019-2023, os processos destinados à habitação são os que tem uma maior prevalência de entre todos os tipos de uso, com a habitação unifamiliar a compor a maioria da amostra, tendo a habitação unifamiliar uma maior expressão dentro dos processos em análise.

Numa análise comparativa entre os dois períodos em análise, verifica-se que na generalidade dos tipos de utilização houve um acréscimo do número de processos submetidos no município.

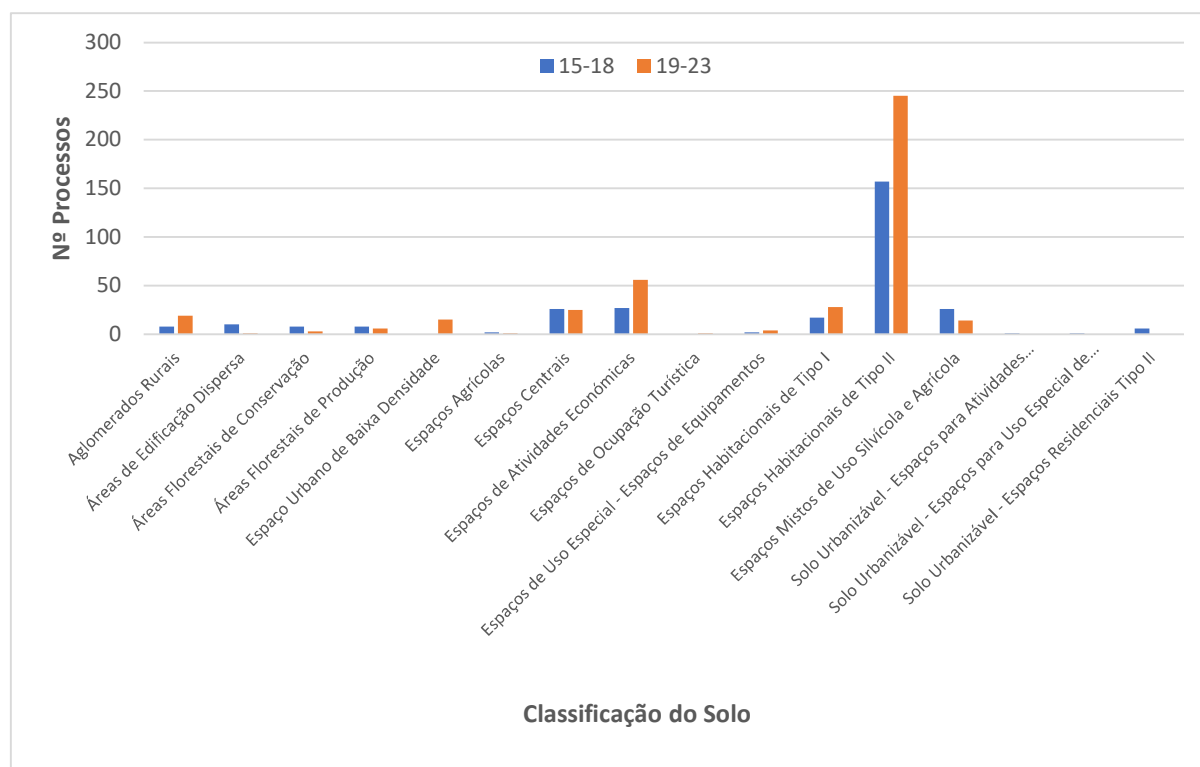


Gráfico 9 – Número de fogos por tipo de classificação de solo

O Gráfico 9 apresenta a distribuição do número de fogos por tipo de classificação.

De um modo geral, verifica-se um aumento do número de fogos nas categorias de solo urbano, nomeadamente nos espaços habitacionais de tipo II. Por contraponto, no solo rústico verifica-se uma diminuição do número de fogos à exceção dos aglomerados rurais. Importa sublinhar que com a introdução de uma nova categoria de solo urbano no âmbito do procedimento da 2.ª alteração do PDM, verifica-se desde já, alguma execução nesta categoria.

O solo urbano dado as suas características é o que apresenta o maior número de fogos, com o solo rural a apresentar um número de fogos muito menor, resultado das condicionantes impostas pelo PDM, para esta classificação de solo.

Para contabilização do número de fogos foram utilizados os dados do Sistema de Processo de Obras, relativos a cada processo de obras.

Quando comparado o período de vigência do anterior PDM com o do atual PDM, em termos percentuais as freguesias da Batalha e da Golpilheira foram as que tiveram um aumento do número de fogos criados, as freguesias Reguengo do Fetal e de São Mamede registaram uma diminuição percentual de fogos criados no quadro do concelho.

Tabela 16 – Número de fogos por lugar na freguesia da Batalha

Freguesia da Batalha			
Lugar	1995-2015	2015-2018	2019-2023
Alcanadas	1%	0%	0%
Casal do Alho	3%	3%	3%
Casal da Amieira	9%	1%	0%
Santo Antão	1%	0%	0%
Arneiro	0%	3%	0%
Casal do Arqueiro	2%	1%	0%
Casal do Azemel	1%	1%	8%
Calvaria de Baixo	3%	1%	0%
Vila da Batalha	17%	40%	37%
Brancas	6%	14%	8%
Casal das Carvalhas	0%	0%	0%
Cela	3%	1%	0%
Jardoeira	22%	4%	10%
Casal de Santa Joana	1%	0%	0%
Casais dos Ledos	1%	1%	2%
Casal do Marra	1%	1%	1%
Faniqueira	2%	2%	2%
Forneiros	0%	0%	0%
Casal Franco	1%	0%	0%
Golfeiros	1%	2%	4%
Casal Novo	3%	6%	6%
Pinheiros	1%	1%	2%
Casal do Quinta	3%	1%	3%
Rebolaria	4%	4%	3%
Casal do Rei	0%	0%	0%
Casal do Relvas	7%	1%	6%
Quinta do Sobrado	3%	8%	5%
Cancelas	1%	0%	0%
Palmeiros	1%	3%	2%
Quinta do Pinheiro	1%	1%	0%
Total Batalha	59%	63%	69%

O lugar da Vila da Batalha continua a ser o que se evidencia dentro da freguesia, com o maior número e percentagem de fogos criados, o que demonstra a atratividade e centralidade exercida pela sede de concelho.

Tabela 17 – Número de fogos por lugar na freguesia de Reguengo do Fetal

Freguesia do Reguengo do Fetal			
Lugar	1995-2015	2015-2018	2019-2023
Alcaldaria	3%	15%	7%
Alcanadas	-	-	7%
Celeiro	2%	0%	0%
Piqueiral	1%	0%	0%
Garruchas	20%	22%	40%
Torre	28%	22%	13%
Torrinhas	6%	0%	0%
Perulhal	5%	4%	0%
Reguengo do Fetal	31%	37%	33%
Vale do Freixo	4%	0%	0%
Total Reguengo do Fetal	9%	10%	7%

O lugar do Reguengo do Fetal e das Garruchas representam os lugares com maior acréscimo de fogos na freguesia. Com menor expressão, nesta freguesia, surgem os lugares de Torrinhas, Perulhal e Celeiro.

Tabela 18 – Número de fogos por lugar na freguesia da Golpilheira

Freguesia da Golpilheira			
Lugar	1995-2015	2015-2018	2019-2023
Canoeira	2%	0%	0%
Cividade	16%	15%	6%
Colipo	1%	6%	11%
Golpilheira	52%	32%	39%
Picoto	11%	18%	22%
Cova do Picoto	5%	6%	11%
Bico Sachos	7%	15%	6%
Casal de Mil Homens	5%	9%	6%
Total Golpilheira	8%	8%	10%

Relativamente aos fogos criados na freguesia da Golpilheira, o lugar da Golpilheira continua a ser o lugar com maior peso dentro da freguesia, sendo que a mesma é a freguesia mais pequena em área.

Tabela 19 – Número de fogos por lugar na freguesia de São Mamede

Freguesia de São Mamede			
Lugar	1995-2015	2015-2018	2019-2023
Casal dos Lobos	3%	2%	0%
São Mamede	23%	12%	19%
Moita do Martinho	4%	7%	8%
Casal do Meio	2%	5%	3%
Milheirices	2%	2%	0%
Vale de Ourém	5%	0%	6%
Casal da Pedreira	1%	0%	0%
Perulheira	13%	11%	6%
Pessegueiro	1%	0%	0%
Vale da Quebrada	2%	0%	0%
Lagoa Ruiva	1%	0%	0%
Vale da Seta	1%	0%	0%
Vale Sobreiro	2%	2%	3%
Casal Suão	4%	5%	0%
Portela das Cruzes e Pia do Urso	5%	5%	11%
Barreirinho Velho	1%	0%	0%
Casal Vieira	1%	0%	0%
Barreiro Grande	1%	2%	3%
Demó	3%	2%	3%
Moita de Ervo	1%	0%	0%
Covão do Espinheiro	0%	0%	0%
Crespos	1%	0%	0%
Casais de São Mamede	2%	6%	3%
Casal Velho e Casal do Gil	3%	0%	6%
Vale de Barreiras	1%	12%	6%
Barreira de Água	4%	5%	6%
Covão da Carvalha	2%	1%	8%
Lapa Furada	7%	17%	11%
Rio Seco	2%	2%	0%
Total São Mamede	23%	19%	16%

A freguesia de São Mamede é a que apresenta uma maior homogeneidade no peso que cada lugar tem dentro da freguesia relativamente à criação de fogos.

Da análise efetuada aos lugares do concelho verifica-se que os espaços centrais por norma são os que têm maior preponderância em termos percentuais na criação de fogos, à exceção do lugar da Torre. Verificou-se igualmente que a freguesia da Batalha é a que apresenta a maior dinâmica a este nível e que o lugar da Vila da Batalha o que maior peso tem de todos os lugares quando a análise é feita por freguesia.

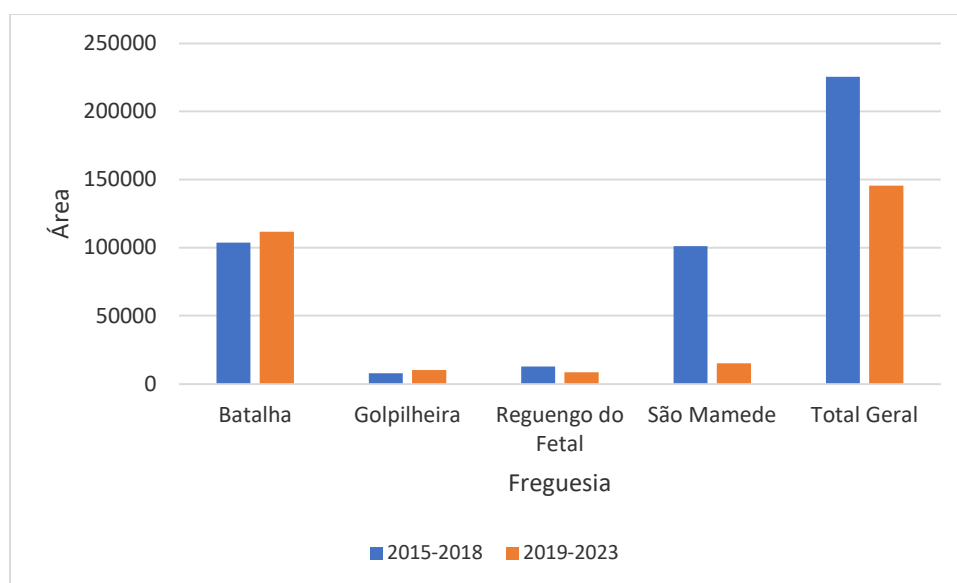


Gráfico 10 – Área em solo urbano executada por freguesia

Com base no limite de propriedade dos processos de obras com alvarás emitidos para o período de análise, constata-se que de um modo geral a execução de área urbana é superior na freguesia da Batalha em detrimento das restantes. Todavia importa referir que foi executada menos área em solo urbano no período de 2019-2023 comparativamente ao período de 2015-2018.

Nas freguesias de Golpilheira e Reguengo do Fetal a execução é homogénea nos dois períodos de análise. Considerando a área da parcela associada às operações urbanísticas, constata-se que na freguesia de São Mamede existe uma discrepância na execução do solo urbano entre os períodos em análise.

Tabela 20 – Área de solo rural e urbano

	Área total (HA)	Solo Executado
Solo Rural	8.995,40	0,34%
Solo Urbano	1.341,00	3,99%

O solo urbano apresenta uma percentagem de área executada mais elevada que o solo rural, esta diferença nas percentagens de execução de solo refletem as condicionantes presentes PDM referentes aos parâmetros de edificabilidade para solo classificado como solo rural, mais especificamente no tipo de uso habitacional que é o mais prevalente.

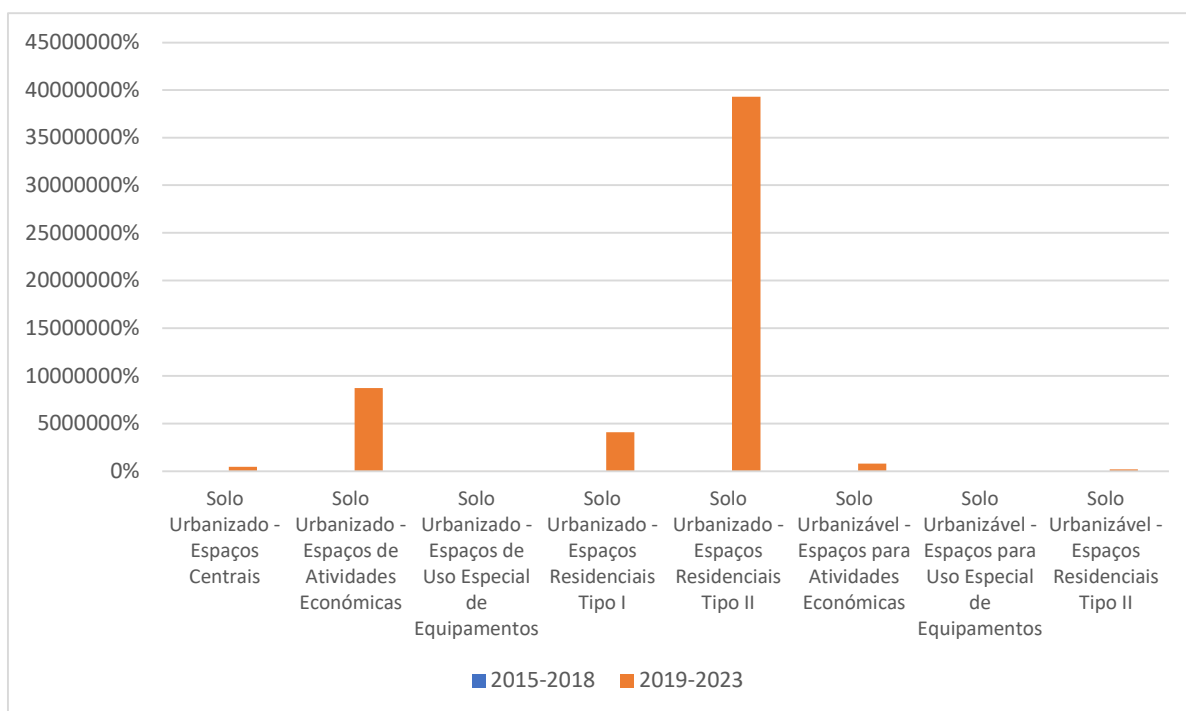


Gráfico 11 – Percentagem de área executada em solo urbano por alvará de construção emitido.

Com base no gráfico __ constata-se que a maior execução de área em solo urbano é concretizada nas categorias de solo urbanizado – espaços residenciais tipo II (atuais espaços habitacionais tipo II) e nas áreas de atividades económicas. Consta-se que a execução em solo urbanizável foi pouco significativa, destacando-se apenas alguma execução no espaço vocacionado para atividades económicas.

De referir que o solo urbanizável foi objeto de adequação nos termos do previsto no artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. No âmbito do procedimento da 2.ª alteração à 1.ª revisão do PDM da Batalha, a reclassificação do solo foi ponderada tendo sido reclassificada para solo urbano as áreas de solo urbanizável à exceção de duas áreas que foram reclassificadas para solo rústico.

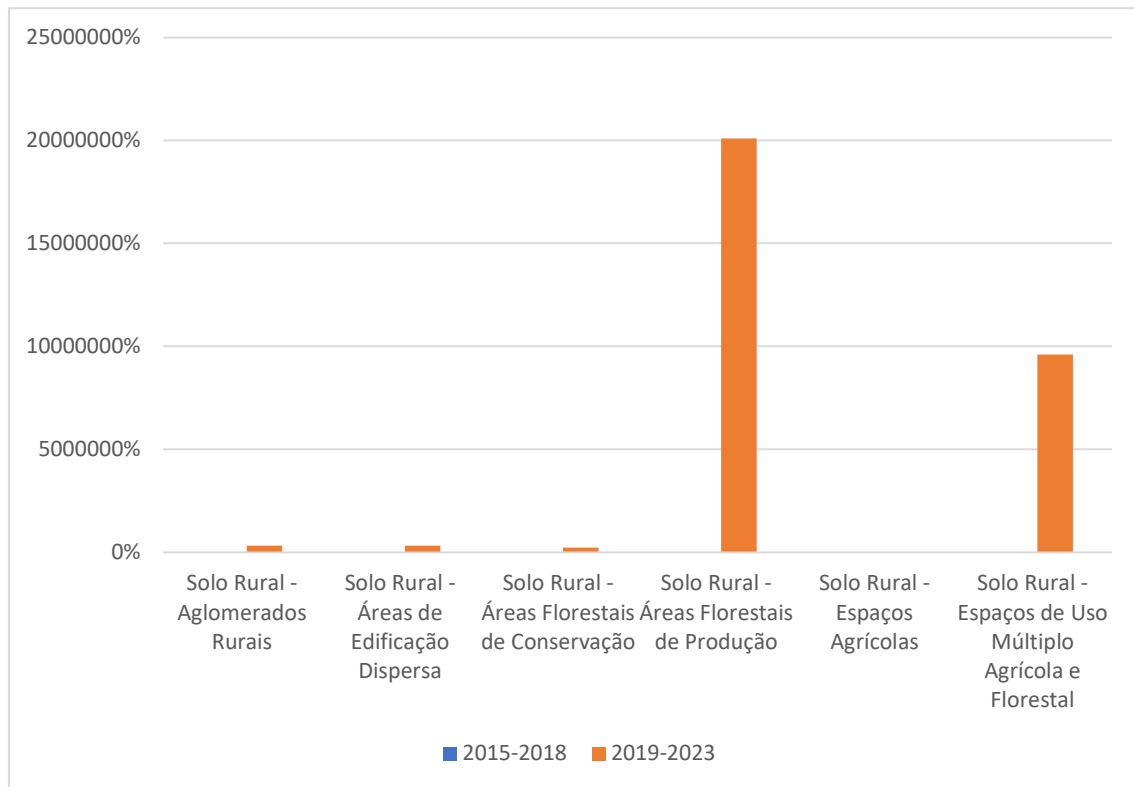


Gráfico 12 – Percentagem de área executada em solo rural por alvará de construção emitido.

No solo rural as classificações de Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal, e Áreas Florestais de Conservação são as que apresentam as percentagens mais elevadas de área executada, podendo ter resultado de processos de regularização que tiveram resolução com a revisão do PDM, sendo que as percentagens são residuais para todas as classificações em solo rural.

A discrepância existente na categoria “Áreas Florestais de Produção” pode dever-se à dimensão da parcela.

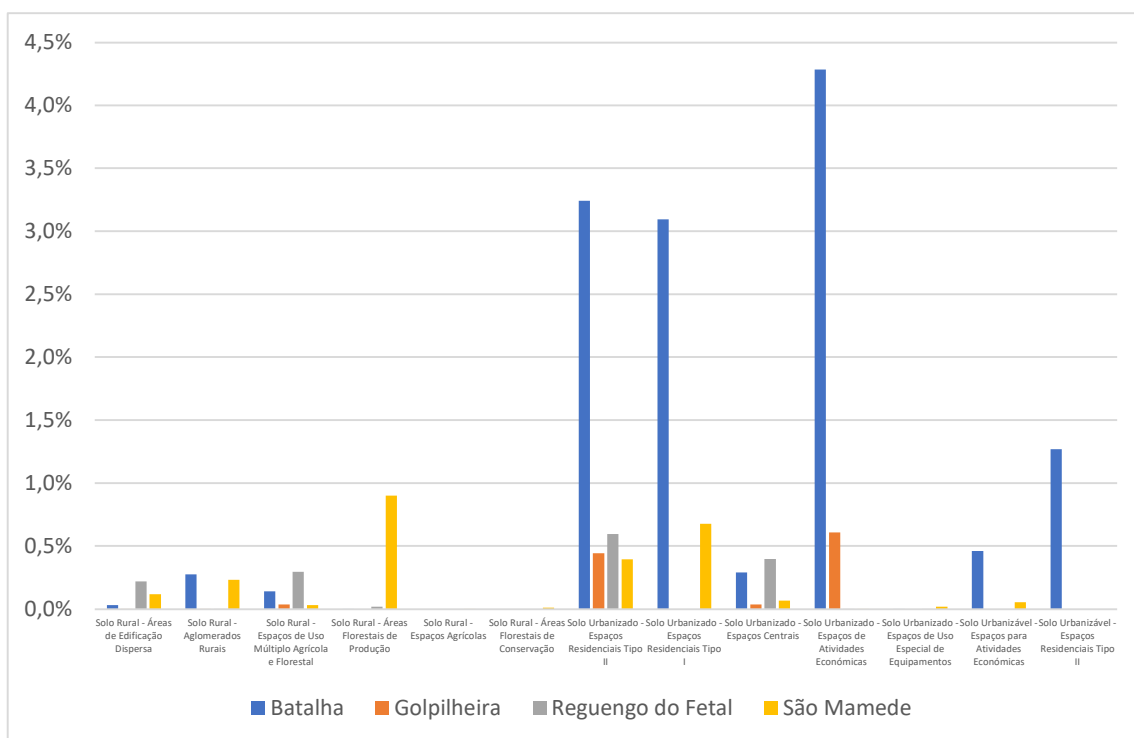


Gráfico 13 – Percentagem de área ocupada por freguesia, por categoria de solo

De entre as freguesias do concelho da Batalha a que se destaca de todas as outras em termos de percentagem de área ocupada por processos com alvará emitidos, está em claro destaque a freguesia da Batalha em relação às restantes freguesias, mas das diferentes classificações de espaço há duas que se evidenciam, o solo urbanizado – espaços de atividades económicas e solo urbanizado – espaços residenciais tipo II, as duas perfazem metade de toda a área ocupada por processos com alvarás de construção emitidos

A classificação de solo que se destaca nas diversas freguesias é o solo urbanizado espaços residenciais tipo II e espaços de atividades económicas como se pode verificar no Gráfico 13.

8.2. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PRÉVIA

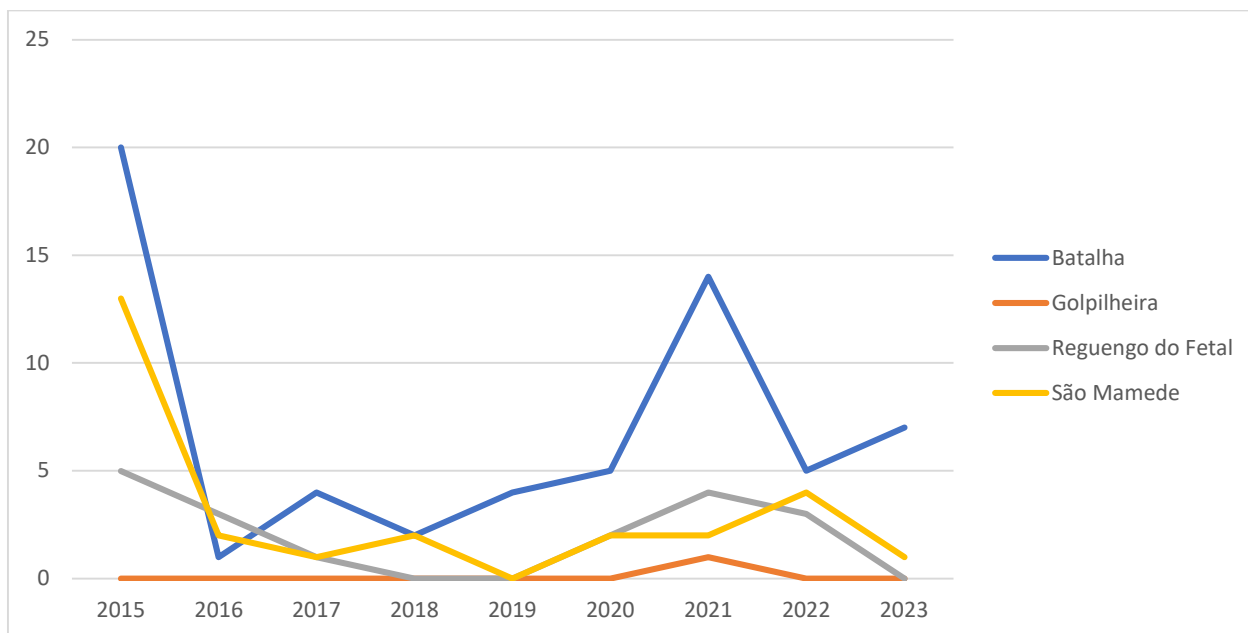


Gráfico 14 – Processos relativos a viabilidades (2015-2023)

No período subsequente à Revisão do PDM verificou-se um decréscimo nos pedidos de informação prévia. Estes pedidos não apresentam uma tendência evolutiva homogénea para as diversas freguesias. Entende-se que com as atuais ferramentas existentes de confrontação espacial do PDM e os custos associados à instrução dos pedidos de informação prévia determinou um decréscimo generalizado destes pedidos.

8.3. COMUNICAÇÃO PRÉVIA

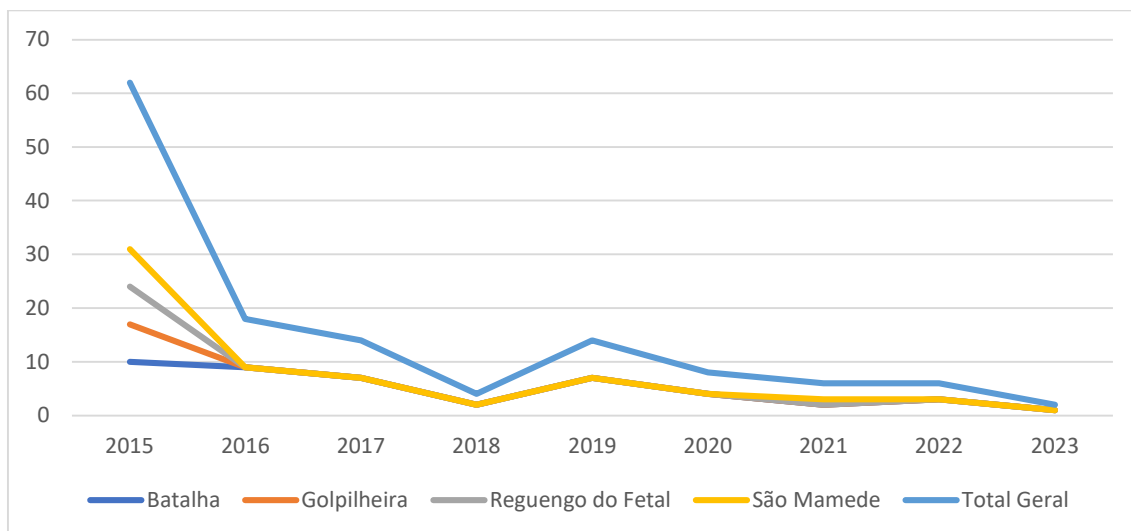


Gráfico 15 – Processos relativos a comunicações prévias (2015-2018)

Tal como os pedidos de informação prévia existe uma tendência de decréscimo no número de processos de comunicações prévias desde a data em que entrou em vigor a revisão do PDM. Acresce que nos últimos anos se verifica uma quase ausência de processos de comunicação prévia.

8.4. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

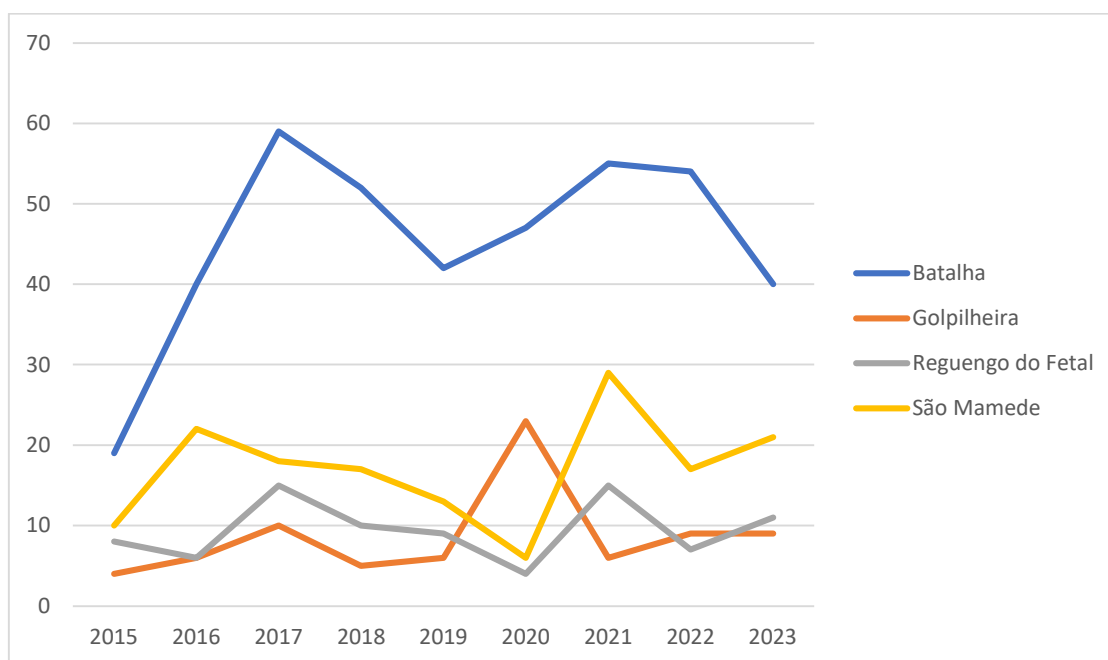


Gráfico 16 – Processos relativos a alvarás de construção (2015-2023)

Considerando o número de alvarás de construção emitidos, verifica-se uma clara supremacia da freguesia da Batalha em relação às restantes em que não existem grandes diferenças em relação ao número de alvarás emitidos.

8.5. ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO

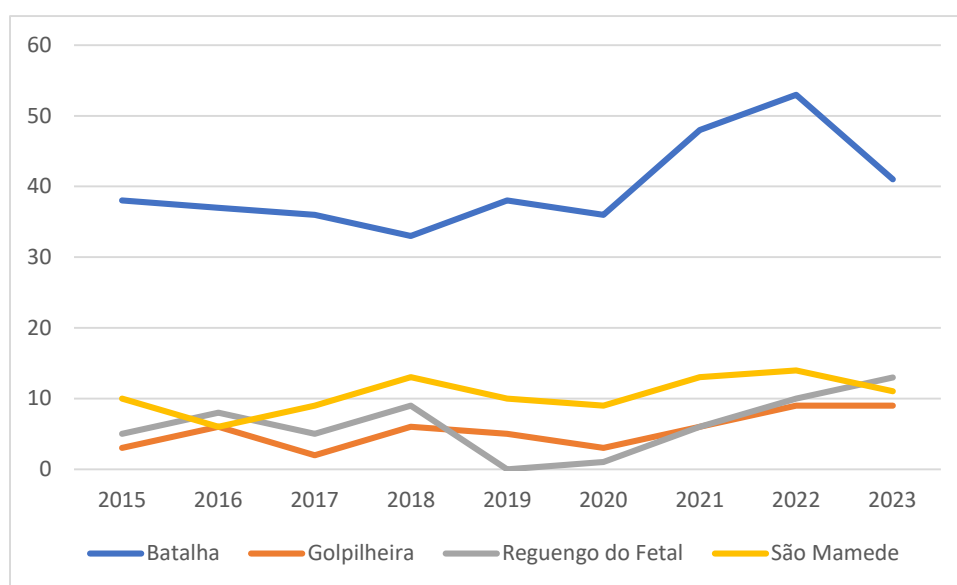


Gráfico 17 – Processos relativos a alvarás de utilização (2015-2023)

A freguesia da Batalha tal como nos indicadores anteriores é a que apresenta a maior dinâmica a este nível, verificando-se uma clara supremacia dos emitidos na freguesia da Batalha em relação às restantes em que não apresentam grandes diferenças em relação ao número de alvarás emitidos entre elas.

Os alvarás de utilização emitidos tiveram um trajeto relativamente estável tanto ao nível do concelho como das freguesias não havendo grandes variações no número de processos, não havendo, contudo, uma tendência generalizada de variações entre as freguesias.

Tal como na freguesia da Batalha as restantes freguesias também não apresentam uma grande variação no número de processos, sendo que a freguesia de São Mamede tem um número ligeiramente superior de processos à Golpilheira e Reguengo Féetal.

8.6. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

A Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município da Batalha foi publicada pela Portaria n.º 59/2016, de 30 de março. Durante o período de vigência do atual PDM foram publicadas as seguintes alterações:

- 1.ª Alteração da Reserva Ecológica Nacional, publicada no Aviso 15096/2020, de 30/9 no Diário da República;
- 2.ª Alteração da Reserva Ecológica Nacional, publicada no Aviso 6399/2022, de 29 de março de 2022;
- 3.ª Alteração da Reserva Ecológica Nacional, publicada no Aviso n.º 16372/2022, de 19 de agosto de 2022;
- 4.ª Alteração da Reserva Ecológica Nacional, publicada no aviso n.º 24134/2022, de 27 de dezembro e
- 5.ª Alteração da Reserva Ecológica Nacional, publicada no aviso n.º 18703/2023, de 28 de setembro,
- 1.ª correção material publicada no despacho n.º 531/2024, de 18 de janeiro e enquadra-se na alínea b) número 1 do artigo 16-Aº do Decreto-lei n.º 166/2008, de 22/08, na sua atual redação.

Tabela 21 – Exclusões da Reserva Ecológica Nacional

Número de Ordem	Superfície (m2)	Publicação em DR
C128 a C491	1140100	Aprovadas e publicadas pela Portaria n.º 59/2016, de 30 de março
E7 a E40	101200	
E41	15457	1.ª Alteração da Reserva Ecológica Nacional do Município da Batalha no âmbito da construção de unidade industrial, sito em Jardoeira, freguesia e concelho da Batalha, publicada no Aviso 15096/2020, de 30/9 no Diário da República
E42, E43, E44, E45, E46, E47	13340	2.ª Alteração da Reserva Ecológica Nacional do Município da Batalha ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho (RERAE), publicada no Aviso 6399/2022, de 29 de março de 2022
E48	33910	3.ª Alteração da Reserva Ecológica Nacional do Município da Batalha ao abrigo nos termos do n.º 1 do artigo 11.º, por remissão do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto (RJREN), publicada no Aviso n.º 16372/2022, n.º 160 de 19 de agosto de 2022
E49	5358	4.ª Alteração da Reserva Ecológica Nacional do Município da Batalha ao abrigo do nº2 do artigo 16.º do Regime Jurídico da REN – âmbito da execução de projeto de construção de pavilhão para indústria (Tipo 3 SIR), publicada no Aviso n.º 24134/2022, n.º 248 de 27 de dezembro de 2022
E50	1476	
E51	23097	5.ª Alteração da Reserva Ecológica Nacional do Município da Batalha ao abrigo do n.º 2 do artigo 16.º do Regime Jurídico da REN – âmbito da construção de duas unidades industriais, sito em Jardoeira, freguesia e concelho da Batalha

Em termos de áreas excluídas da Reserva Ecológica Nacional, foi contabilizada um total de 92638 m² para a execução de projetos privados associados à construção de unidades indústrias e à regularização de atividades económicas no âmbito do RERAE (Regime Jurídico de Regularização de Atividades Económicas).

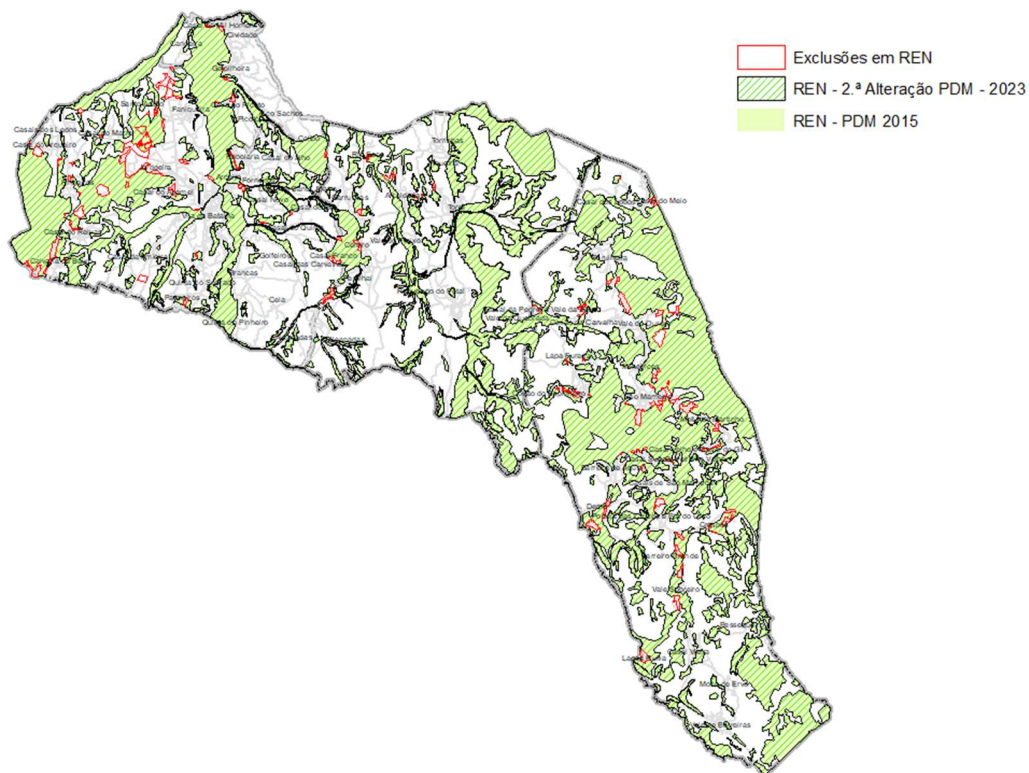


Figura 12 – Exclusões da Reserva Ecológica Nacional

8.7. RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

Relativamente à Reserva Agrícola Nacional, importa sublinhar que no âmbito do procedimento da 2.ª alteração à 1.ª revisão do PDM foram aprovadas pela Entidade Regional da Reserva Agrícola do Centro desafetações desta servidão.

Deste modo, a área em Reserva Agrícola Nacional diminuiu de 1064,9ha para 1051,06ha.

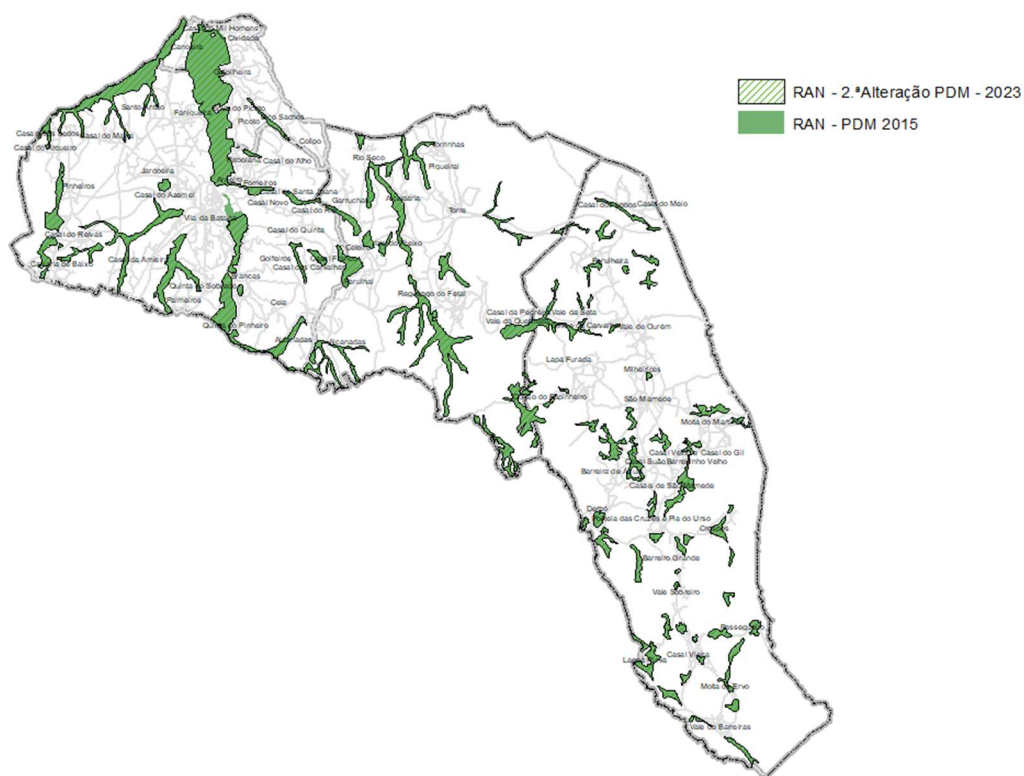


Figura 13 – Reserva Agrícola Nacional mapa comparativo de 2015 e 2023

8.8. MONITORIZAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO

No relatório da proposta da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal foram estabelecidas opções de intervenção que correspondem a 4 eixos e a vários projetos/ações que visam a territorialização das opções estratégicas de desenvolvimento económico e social do concelho.

Deste modo e em função dos projetos/ações estabelecidos foi efetuada a avaliação da execução do mesmo no período de vigência da 1.ª revisão do PDM.

OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO	1.ª REVISÃO DO PDM 2015 - RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Executado	Executado Não	Em Execução	Previsto
	Projetos e Ações				
Eixo I - Promover a Economia e a Competitividade	Consolidação das áreas de localização empresarial do concelho				
	Criação de Fábrica Laboratório (FABLAB) nos clusters no Património e da Pedra				
	Participação em Consórcio Europeu para o Empreendedorismo e I&D em Indústrias Tecnológicas				
	Centro de Apoio à Rede Europeia de Investigadores				
Eixo II - Valorizar o Território e os recursos Naturais	Iniciativa Integrada de Valorização Ambiental e Mobilidade Urbana na Vila da Batalha				
	Iniciativa Integrada de Regeneração Urbana na Vila da Batalha				
	Planos Municipais de Emergência e de Proteção Civil				
	Requalificação Ambiental - Rota das Pedreiras Históricas				
	Qualificação do Espaço Público em Aglomerados Residenciais das Aldeias				
	Racionalização das Condições Energéticas em Infraestruturas e Edifícios Públicos				
	Reforço e Beneficiação dos Sistema de Águas Residuais Domésticas do Concelho				
Eixo III - Promover a Coesão Local e a Melhoria da Qualidade de Vida	Unidade de Apoio à Rede Europeia do Conhecimento e da Juventude				
	Parque de Eventos Santa Maria da Vitória				
	Unidade Terapêutica para a Reabilitação com Águas Termais				
	Reconversão da Unidade de Saúde da Golpilheira				
	Requalificação do Pavilhão Multiusos da Batalha				
	Pavilhão Desportivo Municipal de São Mamede				
	Parque de Campismo				
	Requalificação do Posto de Turismo da Batalha				
	Requalificação do Centro Escolar do Agrupamento de Escolas da Batalha				
	Construção do Centro Escolar do Reguengo do Fetal				
	Programa de Reconversão de Escolas Primárias desativadas para Turismo Natureza				
	Projeto de Promoção do Ecoturismo - "Rota das Aldeias Inclusivas"				
	Projeto de Valorização da Aldeia Pia do Urso				
	Instalação do Canil Municipal				
Casa de Velar de São Mamede					
Eixo IV - Reforçar o Potencial Humano, Institucional e a Inclusão Social	Capital Institucional - Projeto Integrado de Modernização Autárquica				
	Iniciativa "EDUCAR" - Projeto Intgerado de Apoio à Educação de Base Local				

OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO	1.ª REVISÃO DO PDM 2015 - RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Executado	Executado Não	Em Execução	Previsto
	Projetos e Ações				
	Iniciativa "REDE SOCIAL DIGITAL" - Projeto Digital de Apoio às Redes Sociais				
	Promoção da Rede Concelhia de Apoio Domiciliário Integrado em cooperação com IPSS				
	Instalação da Academia Sénior				

No que se refere às Unidades Operativas de Planeamento e Gestão previstas na 1.ª Revisão do PDM e indicadas no artigo 97.º do regulamento deste instrumento de gestão territorial foram as seguintes:

- U1 – Área de Localização Empresarial da Batalha-Norte
- U2 – Área de Localização Empresarial da batalha – Sul
- U3 – Expansão da Zona Industrial dos Pinheiros
- U4 – Expansão residencial de Casal do Relvas
- U5 – Expansão residencial da Mata da Raposa
- U6- Expansão residencial do Casal Novo
- U7 – Zona Industrial de São Mamede
- U8 – Expansão Residencial de São Mamede
- U9 – Expansão da atividade económica na zona de localização da Matcerâmica
- U10 – Envolveinte suburbana da Vila da Batalha, a norte da Avenida dos Descobrimentos
- U11 – Envolveinte suburbana da Vila da Batalha, a sul da Avenida dos Descobrimentos

No âmbito do processo da 2.ª alteração à 1.ª Revisão do PDM, publicado aos 16 de agosto de 2023 em Diário da República, as unidades operativas de planeamento e gestão foram revistas. Atualmente estão previstas as seguintes unidades operativas de planeamento e gestão:

- U1 – Expansão da Zona Industrial da Jardoeira – Poente
- U2 – Expansão da Zona Industrial da Jardoeira – Sul
- U3 – Expansão da Zona Industrial dos Pinheiros
- U4 – Expansão residencial de Casal do Relvas
- U5 – Expansão da zona industrial da Golpilheira
- U6 – Expansão residencial da Jardoeira
- U7 – Zona Industrial de São Mamede Norte
- U8 – Expansão residencial de São Mamede
- U9 – Expansão residencial do Casal da Amieira – poente
- U10 – Expansão residencial do Casal da Amieira – nascente

- U11 – Expansão residencial da Quinta Nova
- U12 – Expansão da Vila da Batalha 1
- U13 – Expansão da Vila da Batalha 2
- U14 – Zona Industrial de São Mamede Sul

Quanto à execução das UOPG verifica-se que durante o período de vigência da 1.ª Revisão do PDM não foram concretizadas as áreas cuja ocupação e transformação do solo deve ser antecedida de instrumentos de gestão do território ou operações urbanísticas, nomeadamente através da elaboração de planos de pormenor ou unidades de execução. Importa sublinhar que o aumento do número de UOPG no procedimento da 2.ª alteração à 1.ª Revisão do PDM permite ultrapassar os constrangimentos impostos pelas servidões administrativas programando a execução do solo.

8.9. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, que estabelece o regime jurídico de avaliação ambiental estratégica, procedeu-se à elaboração do relatório de monitorização e controlo do procedimento de avaliação ambiental estratégica da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal. Neste relatório foi efetuada a avaliação e o controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrente da respetiva execução do Plano Diretor Municipal.

De acordo com o disposto no artigo 11.º do Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica foi efetuada a monitorização das medidas de controlo estabelecidas na Declaração Ambiental:

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor	
Riscos Naturais e Tecnológicos	Inundações	Área inundada	-	ANEPC CMB	2410400 m ²	s/ alteração significativa	
		Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por inundações	-	ANEPC CMB	0		
		Área com vulnerabilidade à ocorrência de inundação	221,72 ha	2015/ANEPC	241 ha		
		Novos edifícios em áreas com risco de inundação	-	CMB	5		
			Recuperação de edifícios em áreas com risco de inundação	-	CMB	13	
	Instabilização de Vertentes	N.º de ocorrências	130	2015/ANEPC	2	s/ alteração significativa	
		Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por movimento de massa	-	ANEPC CMB	0		
		Vias de circulação cortadas por este tipo de ocorrência	-	CMB	2		
	Incêndios	Incêndios Florestais	40,3%	De 1998 a 2008 / ICNF	6,26%	Impacte positivo	
		Quantificação dos danos materiais e humanos, incluindo perdas nos povoamentos	-	ANEPC CMB	0		
		Área Florestal ardida recuperada ou requalificada ambientalmente	-	CMB	2500 m ²		
	Indústrias Perigosas	N.º de ocorrências em Espaços Industriais	-	ANEPC	0	Impacte negativo	
		N.º de Indústrias perigosas	-	CMB	0		
		N.º de acidentes rodoviários envolvendo o transporte de resíduos perigosos	-	ANEPC	0		
Sismo	Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por sismos	-	ANEPC	0	Impacte negativo		
	N.º de ocorrências	-	ANEPC	0			

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
Recursos Naturais	Biodiversidade	Planos de Gestão para as Áreas Classificadas	8	2015/CMB	8	Impacte positivo
		Espécies faunísticas e florísticas ameaçadas e protegidas	2	2015/CMB	2	
		Espécies Endémicas	0	2015/CMB	0	
		Licenciamentos em áreas RN2000	-	CMB	75	
		Área de Infestação com espécies exóticas invasoras	-	CMB	0	
		Ações de controlo de espécies exóticas invasoras	-	CMB	0	
	Florestas	% da área do concelho com Plano de Gestão Florestal	-	CMB	0	Impacte positivo
		Regime florestal	-	CMB	1165,5 ha	
		Percentagem de REN com ocupação compatível	-	CMB	0,01%	
	Recursos Hídricos	Floresta ocupada por povoamentos mistos de autóctones	-	CMB	-	s/ alteração significativa
		Investimento Público no ordenamento das margens dos cursos de água	-	CMB	12 177,00 €	
		Qualidade das águas superficiais e subterrâneas	1	2015/APA CCDR-C	0	
		Linhas de água artificializadas e renaturalizadas	-	CMB	-	
		Áreas de máxima infiltração (REN)	2934,4 ha	2015/CMB	2934,4 ha	

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
População	Espaços Verdes, Desportivos e de Lazer para Utilização Coletiva	Capitação de Espaços Verdes Públicos	2,81 m ² /hab	2015/CMB	4 m ² /hab	Impacte positivo
		N.º de Intervenções nos Espaços Verdes Públicos Existentes	-	CMB	1	
		Espaços Verdes Criados	-	CMB	4	
		Capitação de Equipamentos Desportivos e de Lazer	5,9 m ² /hab	2015/CMB	4,9 m ² /hab	
		N.º de Intervenções nos Equipamentos Desportivos e de Lazer	-	CMB	2	
		Equipamentos Desportivos e de Lazer criados	-	CMB	5	
		Taxa de ocupação dos equipamentos	-	CMB	100%	
		Medidas de minimização de poluição sonora e relativas a recetores expostos ao ruído implementadas.	-	CMB	1	
		População exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite de exposição previstos no Regulamento Geral do Ruído	-	CMB	417	
		Investimento no Parque Escolar	-	CMB	4 125,587,22 €	
	Parque Escolar	População Escolar	-	CMB	774	Impacte positivo
		Espaços Verdes Públicos e Equipamentos de Utilização Coletiva na proximidade dos Estabelecimentos de Ensino	-	CMB	12	
	Estrutura Urbana	Estrutura Ecológica Municipal, por Tipologia de Ocupação/Uso	-	CMB	149,25 ha	Impacte positivo
		População Ativa por setor de atividade	49,1%	2015/INE	45,2%	
		Lares de Idosos e Centros de Dia	4	INE	4	
		Densidade de fogos por perímetros urbanos	-	CMB	0,0007 N.º/m ²	
		Impermeabilização do Solo	-	CMB	7%	
		Implementação das medidas do plano de redução do ruído	-	CMB	1	
		N.º de Reclamações dos Municípios relativamente ao ruído	-	CMB	9	
	Taxa de ocupação do Espaço Urbanizável	-	CMB	0,2%		
	Infraestruturas Urbanas	População servida por Sistemas de Abastecimento de Água	-	CMB	98,2%	
		Variação da quantidade de água gasta na rega de espaços verdes	-	CMB	-0,14%	

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
		Tipo de água utilizada na rega dos espaços verdes (% água bruta, % água residual tratada e/ou % água de abastecimento)	-	CMB	água bruta-18%; água residual tratada - 0%; água de abastecimento- 82%	Impacte positivo
		Águas pluviais e de infiltração afluentes ao sistema de drenagem	-	CMB	62,58%	
		Água captada não perdida no sistema de abastecimento	-	CMB	80,6%	
		População servida por sistema público de drenagem de águas residuais	-	2015/SIMLIS	11759	
		Qualidade da Água para consumo humano	1	2015/APA	0 %	
		Água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	-	CMB	100%	
		Taxa de cobertura por ETAR	-	SIMLIS	87%	
		População afetada em situação de escassez de água	-	Águas do Lena CMB	0%	
		Reutilização de Águas Residuais Tratadas	-	SIMLIS	0 m ³	
		Produção de Resíduos	-	Valorlis, SUMA	0,42 ton/hab	
	Reciclagem e Valorização de Resíduos	-	Valorlis, SUMA	0,037 ton/hab		
	Rede Viária	N.º de intervenções para a construção de passeios e ciclovias	-	CMB	18	Impacte positivo
		Rede viária qualificada	171,6 Km	201/CMB	430,139 Km	
		Emissão de gases com efeito de estufa	1,856	2015/CCDR-C, INE	1,880 (1)	
		N.º e Tipologia de medidas de atenuação previstas para as áreas RN2000	-	ICNF, CMB	-	
		Utilizadores da Rede de Transporte Públicos	-	CMB	-	
			Veículos da Rede de Transporte Públicos	-	Empresas Concelho	-

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base /Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
Atividades Económicas	Áreas Industriais/ Empresariais	N.º e tipologia de empresas criadas	173	2015/CMB, INE, MTSS	173	Impacte positivo
		Planos de Recuperação Paisagísticos de Pedreiras	-	CMB	35	
	Exploração de Massas Minerais	Níveis de Poluição Sonora	-	CCDR-C	0	Impacte positivo
		Excedências níveis de concentração de poluentes atmosféricos aos VLE legalmente estabelecidos	-	CCDR-C	0	
		Reclamações apresentadas pela população	-	CMB	2	
		Impactes na população provocados pela movimentação de viaturas, nomeadamente a emissão de partículas	-	CCDR-C	0	
		Reclamações sobre as patologias detetadas nas construções decorrentes da atividade extrativa	-	CCDR-C	0	
		Reclamações relativas a pavimentos deteriorados (vias e passeios) devido ao tráfego pesado decorrente das explorações	-	CCDR-C	0	
		Acidentes viários provocados pelo aumento do tráfego pesado na envolvente	-	CCDR-C	0	
		Resíduos produzidos relacionados com a exploração de massas minerais	-	CCDR-C	-	
	Qualidade do ar	-	CCDR-C	0		
	Turismo	Intensidade Turística	3,03	2015/DGT, INE	4,12 (2)	Impacte positivo
		Taxa de ocupação hoteleira	40,8	2015/TP, INE	37,4	
		Capacidade de Alojamento	478	2015/INE	440	
	Agricultura	Superfície Agrícola Utilizada	-	DRAP-C	32,76 %	s/ alteração significativa
População ativa empregada no setor agrícola		-	INE	-		
		Ocupação das áreas de RAN ou do solo qualificado como solo agrícola	-	CMB	1,9	

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base /Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
Património Cultural	Património Arquitetónico e Arqueológico	Intervenções na envolvente ao património classificado	-	TP	97	Impacte positivo
		Estado de conservação do património classificado	-	TP	-	
		Requalificação de edifícios históricos	-	TP	2	

O relatório de monitorização e controlo da avaliação ambiental estratégica da 1.ª revisão do PDM foi remetido à Assembleia Municipal para conhecimento conforme ata n.º 1/2021, ponto 8 de 25/2/2021.

O procedimento de elaboração da 2.ª alteração à 1.ª revisão do PDM da Batalha foi sujeito a avaliação ambiental estratégica e de acordo com a declaração ambiental, assinada aos 21/7/2023, encontram-se definidos os seguintes indicadores de controlo e metas por fator crítico de decisão:

Indicador	Unidade	Valor base	Fonte	Meta	Periodicidade
Edifícios sensíveis na ARPSI	nº	7 (2021)	APA	diminuir	anual
Novos edifícios em áreas com risco de inundação	nº	-	CM	0	anual
Área condicionada pela presença de estabelecimentos enquadrados no DL 150/2015.	ha	0 (2022)	CM	-	anual
Capitação de Espaços Verdes Públicos	m ² /hab	4	CM	5 (2030)	anual
Capitação de Equipamentos Desportivos e de Lazer	m ² /hab	4,9	CM	6 (2030)	anual
Património classificado	nº		CM	manter ou aumentar	anual
Ações/investimento na conservação da biodiversidade	nº ou €	0	CM	crescente	anual
Emissão de gases com efeito de estufa	Kton	55,68 CO ₂ 0,234 CH ₄ 0,013 N ₂ O	CM	diminuir	anual
Resíduos urbanos gerados encaminhados para reciclagem	%	8,3	CM	35 (2025)	anual
Resíduos urbanos gerados encaminhados para aterro	%	65	CM	30 (2028)	
População servida por sistema público de drenagem de águas residuais	%	79	CM	85 (2030)	anual
Água segura	%	>99	CM	manter	anual
Nº de reclamações apresentadas pelos munícipes relativamente à qualidade da água superficial e subterrânea	nº	-	CM	0	anual
Utilização de água residual tratada	%	0	CM	tendência crescente da utilização da água residual tratada e bruta, face à de consumo humano	anual
PMDFCI atualizado	nº	1	CM	1	anual
PMEPC atualizado	nº	1	CM	1	anual

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO

Relativamente aos estabelecimentos de **Educação** entre 2015 e 2023, o Município desde 2015 construiu de raiz o Centro Escolar do Reguengo do Fétal e foi concretizada a reabilitação do Agrupamento de Escolas da Batalha.

Relativamente ao número de alunos verifica-se um aumento significativo em todos os níveis de ensino, existindo alguns muito próximos do limite da sua capacidade. Deste modo, deve ser efetuada uma revisão/atualização da Carta Educativa.

O Município da Batalha apresentou até 2011 uma tendência de aumento populacional, contudo na última década verificou-se uma ligeira diminuição. De acordo com os dados dos Censos de 2021, atualmente a população residente no concelho é de 15558 habitantes. Não obstante esta diminuição no concelho, importa salientar que a freguesia da Batalha registou um aumento da população o que evidencia a atratividade da sede de concelho e lugares limítrofes para a fixação da população.

Considerando a atual estrutura etária do concelho, à semelhança da região e do país, constata-se que do ponto de vista demográfico existe um duplo envelhecimento associado à baixa natalidade e aumento da esperança média de vida.

Na área da **Saúde**, o Município apenas possui um centro de saúde, que fica localizado na Vila da Batalha.

Relativamente aos serviços de farmácia os mesmos existem em todas as freguesias, sendo que a Golpilheira e Reguengo do Fetal tem um posto de medicamentos, a freguesia de São Mamede uma farmácia e a freguesia da Batalha conta com duas farmácias. O número de profissionais de saúde tem tido tem sofrido uma tendência de decréscimo. Em termos de localização espacial dos equipamentos de saúde existe uma maior centralização de equipamentos na Vila da Batalha.

No domínio da saúde encontra-se prevista a execução do novo Centro de Saúde da Batalha.

Nos **Equipamentos Desportivos**, a rede de equipamentos é diversificada, em que tal como outros equipamentos a maior oferta está localizada na Vila da Batalha.

Salienta-se um reforço na oferta e diversificação dos equipamentos no concelho para a prática desportiva, nomeadamente a construção do parque de eventos (campos de jogos), ciclovia e ecovia, campos de padel e o pavilhão gimnodesportivo da Vila de São Mamede (em execução).

No âmbito da rede de serviços e **Equipamentos Sociais**, verifica-se um reforço na oferta deste tipo de equipamentos, sobretudo na Vila da Batalha, destacando-se a residência de estudantes, requalificação da antiga escola primária da Batalha (Casa do Mimo), ampliação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia

da Batalha e a creche municipal (em execução). Assiste-se a uma centralização na vila da oferta destes equipamentos.

Relativamente aos **Equipamentos Culturais**, existe uma elevada concentração na Vila da Batalha. Nas sedes de freguesia os eventos culturais realizam-se em espaços das associações locais e das juntas de freguesia.

Os equipamentos da **Administração Pública** englobam os serviços da administração local, e os serviços desconcentrados da administração central.

A Loja do cidadão que engloba vários serviços da administração central está localizada no edifício dos paços do concelho na Vila da Batalha. Ao nível da administração local, cada freguesia está equipada com uma sede de junta de Freguesia, a freguesia da Batalha tem também o edifício onde estão localizados os serviços do Município.

Os equipamentos de Proteção Civil estão devido ao seu posicionamento geográfico localizados na Vila da Batalha, quartel de Bombeiros e posto da GNR, e na freguesia de São Mamede um quartel dos Bombeiros.

A Rede de **Saneamento** apresenta uma taxa de cobertura de cerca de 78%, em que a freguesia de São Mamede é a que apresenta os valores mais baixos de taxa de cobertura. As restantes freguesias apresentam taxas acima dos 80%, sendo que a freguesia da Batalha tem uma taxa de cobertura quase total. Ao nível da cobertura da rede de águas residuais importa referir a diferença entre o serviço disponível e o serviço em uso pelo que importa efetivar mais ligações à rede disponível.

Relativamente à **rede de abastecimento de águas** constata-se uma cobertura quase total. Os projetos preconizados visam reforçar o abastecimento de água e requalificar a rede existente.

Relativamente à Recolha de **Resíduos Sólidos Urbanos**, e no que se refere à recolha indiferenciada verifica-se um aumento da recolha. De acordo com os dados do ERSAR verifica-se um aumento significativo da recolha seletiva em detrimento da recolha indiferenciada.

A **Rede Viária** do município não tem sofrido alterações significativas, com as intervenções a incidirem essencialmente sobre a sinalização e reabilitação de arruamentos, a execução de novos arruamentos a representar apenas 1%. A freguesia da Batalha foi a que teve a maior percentagem de empreitadas com intervenções ao nível da rede viária para o período de 2019 até 2023. A freguesia da Golpilheira não teve qualquer empreitada direcionada apenas para a freguesia em causa, sendo que existiram intervenções ao nível do concelho que abrangeram esta freguesia.

A freguesia de São Mamede teve um menor intervencionamento na sua rede viária ao contrário do que se tinha verificado no período do anterior relatório.

Ao nível dos **Transportes Públicos** Coletivos, o serviço é assegurado pela Rodoviária do Lis com as valências de transporte escolar, GIRA Batalha e transporte público coletivo.

Relativamente à abrangência da cobertura da rede de transportes coletivos a freguesia da Batalha é a que apresenta a maior oferta e com a maior abrangência em termos populacionais, a apresentar valores acima de metade dos habitantes da freguesia da Batalha, e com São Mamede a apresentar os valores mais baixos em que cerca de 10% da população está na área de abrangência da oferta de transportes públicos coletivos.

Relativamente às atividades económicas no domínio do **Turismo**, e devido a sua localização e oferta turística o concelho da Batalha teve um aumento na taxa de ocupação, e na oferta de dormidas refletindo desta forma a forte vocação turística que o Município tem, e o peso que apresenta a nível turístico na região com o Mosteiro da Batalha como principal elemento de atração turística.

No concelho da Batalha, o solo é predominantemente ocupado por **áreas florestais**, dado que ocupam uma área total de 4.477,5ha (corresponde a 43,3% da área do território concelhio). Dos processos relativos às plantações florestais, verifica-se que na sua grande maioria os pedidos correspondem a plantações de eucaliptos. Relativamente à área ardida, entre 2015 e 2021, arderam no concelho da Batalha 31 ha, tendo sido atingido o máximo no ano de 2017 com 14ha.

No que se refere à cartografia de perigosidade de incêndio rural constata-se que a classe com maior representatividade é a classe “muito baixa”, seguindo-se as classes “média”, “muito alta” e “alta”. A área ocupada pelas classes de alta e muito alta perigosidade de incêndios está essencialmente associada a áreas com declives acentuados e por isso mais propensas à ocorrência de incêndios rurais.

No que diz respeito à **Atividade Empresarial**, o volume de negócios tem vindo a registar aumentos nos últimos anos tendo sido um aumento significativo desde a última análise, sendo que o mesmo não se refletiu no pessoal ao serviço por empresa onde houve um decréscimo.

Também se verificou um aumento na concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas, demonstrado um maior predomínio das mesmas na atividade económica do concelho.

9.2. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA GESTÃO URBANÍSTICA

A revisão do PDM veio criar uma nova dinâmica relativamente aos tipos de usos que eram licenciados antes da revisão do PDM. O número de processos privilegia o uso da habitação (unifamiliar e coletiva) o que se traduziu num aumento do número de fogos

com enfoque nos Espaços Urbanizados Residenciais Tipo II (atuais Espaços Habitacionais de tipo II).

Após a revisão do PDM o solo urbano teve a maior percentagem de área executada na freguesia da Batalha. O solo urbano devido aos menores constrangimentos relativamente à edificabilidade manteve-se após a revisão como o solo com maior área executada, refletindo desta forma o que se verificou no indicador que averigua a criação de novos fogos, o solo com a classificação Espaços residenciais Tipo II (atuais Espaços Habitacionais de tipo II), é o solo com a maior taxa de execução.

No solo Rural, a categoria onde se regista a maior criação de fogos é na categoria Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal (atuais Espaços de Uso Misto Silvícola e Agrícola). Todavia no solo Rural as percentagens são residuais, como tal qualquer variação reflete uma grande discrepância entre as diferentes categorias de solo.

No que diz respeito aos processos que tiveram **Alvarás de Construção**, o crescimento verificou-se no período pós revisão do PDM, representando não só a concretização dos pedidos de informação prévia, como também a adaptabilidade à nova realidade do PDM, verificando-se igualmente alguma retoma num período pós crise económica.

A freguesia da Golpilheira continua a evidenciar uma menor atividade relativamente aos processos de licenciamento na sua freguesia quando comparada com as restantes freguesias, sendo que a freguesia de São Mamede, sendo a maior em área, faz repercutir esse peso nos processos de licenciamento como a segunda freguesia do concelho.

No que diz respeito às servidões da reserva ecológica nacional e reserva agrícola nacional, constata-se que no último período em análise foram encetados vários pedidos de alteração da delimitação da reserva ecológica nacional essencialmente direcionados para a possibilidade de edificação de atividades económicas. Quanto à reserva agrícola nacional, as exclusões foram efetuadas no âmbito do procedimento da 2.ª alteração à 1.ª revisão do PDM.

Relativamente aos processos com **Alvarás de Utilização** atribuídos, a freguesia da Batalha apresenta o maior número de alvarás emitidos.

9.3. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PDMB

O município tem procurado dotar o território com as infraestruturas essenciais ao funcionamento regular dos aglomerados, designadamente ao nível das redes de saneamento, com elevada taxa de cobertura, excepcionando a freguesia de São Mamede para a qual se encontram a ser desenvolvidos projetos para colmatação da rede.

Ao nível dos equipamentos verifica-se que a resposta do atual instrumento de gestão territorial não foi suficiente para a satisfação das necessidades. O procedimento da 2.ª alteração à 1.ª revisão procurou reajustar a classificação e qualificação do solo às necessidades existentes, ex: Novo Centro de Saúde da Batalha e Pavilhão Gimnodesportivo de São Mamede. Contudo, verifica-se que existem áreas classificadas como espaços de uso especial de equipamentos em solo rústico que não foram executadas no âmbito da vigência do atual instrumento gestão territorial.

A mobilidade urbana tem sido igualmente uma aposta do município, com a oferta de transportes públicos capazes de dar resposta às necessidades da população.

Com a adaptação da 1.ª Revisão do PDM ao artigo 199.º do RJGT procurou-se ajustar os perímetros urbanos e reclassificar algumas áreas para solo urbano ao abrigo do Decreto Regulamentar 15/2015, contudo permanecem ainda muitas áreas, que apesar de dotadas de infraestruturas, não foram reclassificadas, muitas destas encontram-se abrangidas por servidões (nomeadamente a reserva ecológica nacional). Neste âmbito o Município procurou ajustar o PDM à realidade do território tendo sido possível introduzir uma nova categoria de solo urbano (Espaços Urbanos de Baixa Densidade) e requalificar, no solo rústico, áreas de aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa.

A classificação de espaços centrais tem, por um lado, permitindo consolidar os núcleos urbanos existentes e, por outro, apostar na reabilitação urbana, procurando-se desta forma evitar a dispersão/fragmentação urbana otimizando os recursos instalados, e criando aglomerados com capacidade de alojar funções centrais.

No que diz respeito à atividade económica e dinamismo económico e empresarial apresentado no concelho, verifica-se que não sofreu grandes oscilações no número de empresas não tendo havido no município um grande incremento de novas empresas, mas havendo uma maior densidade das mesmas, havendo ainda uma intenção de as dotar de melhores condições a ampliações previstas às zonas industriais. O Município procurou, no âmbito da vigência da 1.ª revisão do PDM uma tentativa de aproximação da oferta municipal às pretensões dos empresários, captando novas empresas para o concelho, criando desta forma zonas industriais mais atrativas e geradores de novos postos de emprego, tanto na freguesia da Batalha, como na freguesia de São Mamede, evitando algumas deslocalizações de indústrias para concelhos vizinhos. Contudo, verificam-se dificuldades relacionadas com a execução das áreas vocacionadas para atividades económicas, nomeadamente por se tratarem de propriedades privadas e que dependem da iniciativa privada.

De um modo geral, as unidades operativas de planeamento e gestão definidas na 1.ª Revisão do PDM, na sua redação atual não foram concretizadas o que demonstra uma clara dificuldade do Município e dos Privados na execução e programação, através da elaboração de unidades de execução ou plano de pormenor (Unidades Operativas de Planeamento e Gestão). Acresce referir que as atuais disposições regulamentares e as servidões administrativas condicionam a ocupação de muitas áreas do território, sendo apenas passíveis de reclassificação e desafetação através de delimitação de unidades operativas de planeamento e gestão.

Os dados recolhidos no âmbito da elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território condicionam a análise da avaliação do plano.

Deste modo, sugere-se criar um sistema local de monitorização do ordenamento do território recorrendo às ferramentas de informação geográfica (GeoBatalha).